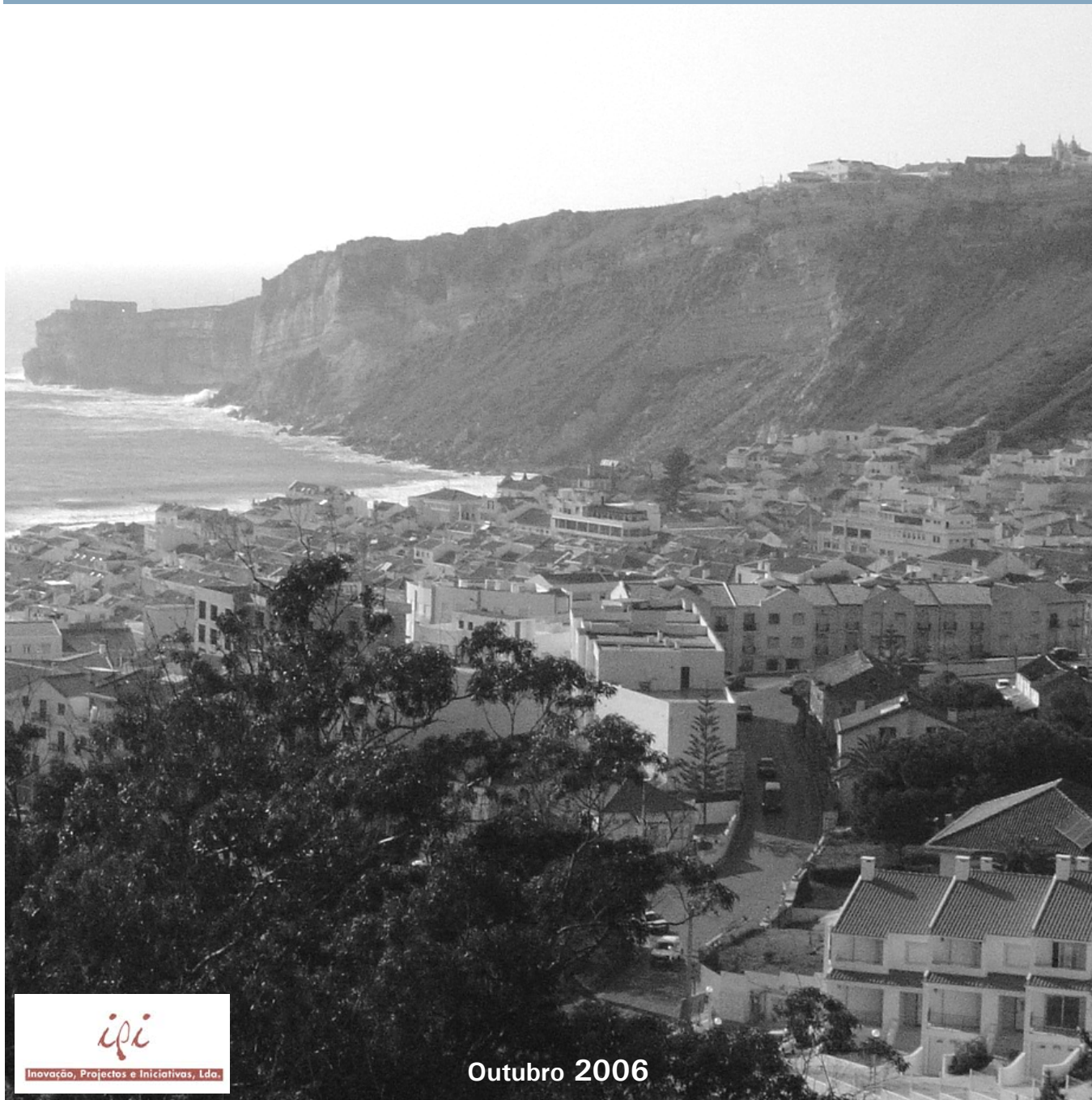




# Agenda**21**local

Município da Nazaré

Relatório





## Índice

### Relatório

1. Introdução	3
2. Enquadramento metodológico	12
3. Viver na Nazaré	21
4. Visão e objectivos operacionais	65
5. Participação da comunidade	80
6. A empresa e a equipa	86

### Planos de Acção

Introdução	3
1º Objectivo Operacional	5
2º Objectivo Operacional	22
3º Objectivo Operacional	33
4º Objectivo Operacional	42
5º Objectivo Operacional	57



## Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

<b>Introdução</b>	<b>4</b>
<b>Indicadores Ambientais</b>	<b>5</b>
<b>Indicadores Económicos</b>	<b>33</b>
<b>Indicadores Sociais</b>	<b>50</b>
<b>Indicadores de Conhecimento e Inovação</b>	<b>65</b>

## Retrato do Município

### Volume I

<b>Nota metodológica</b>	<b>7</b>
<b>I. Introdução</b>	<b>10</b>
<b>II. Mar – Recurso estratégico</b>	<b>27</b>
<b>III. Ambiente</b>	<b>112</b>

### Volume II

<b>IV. Economia</b>	<b>175</b>
<b>V. Sociedade</b>	<b>261</b>
<b>VI. Conhecimento e Inovação</b>	<b>299</b>
<b>VII. Conclusão</b>	<b>318</b>
<b>Lista de informadores privilegiados</b>	<b>327</b>
<b>Lista de figuras, quadros e gráficos</b>	<b>331</b>

# 1

Agenda **21** Local  
Município da  
Nazaré



## INTRODUÇÃO

*ipi*

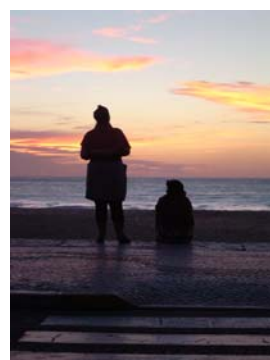
Investimentos, Projetos e Iniciativas, Lda.

# 1. Introdução

1. O desenvolvimento económico não pode ser considerado opção exclusiva do governo, do sector privado ou dos cidadãos, dado que os recursos naturais, tal como hoje os conhecemos, não são inesgotáveis.

Nas últimas décadas aumentou a consciência de que a concepção de progresso e desenvolvimento baseada sobretudo no crescimento do nível de vida não tinha em conta aspectos fundamentais para a sobrevivência e a qualidade de vida do Homem.

As diferenças notórias na qualidade de vida não só entre países, mas também dentro de cada Estado, e os riscos que tais desequilíbrios implicam, tanto activa como passivamente, obrigam a reflectir sobre o objectivo do desenvolvimento: não é uma noção abstracta de progresso, mas a procura de que todos os homens e mulheres, num horizonte temporal e espacial, reconheçam que a sua existência faz sentido e os conduz a uma realização efectiva do seu potencial humano.



Um desenvolvimento saudavelmente prosseguido tem de ser sustentável, visando melhorar a eficiência económica, restaurar os sistemas ambientais e promover a qualidade de vida de todas as populações. O desenvolvimento não pode, pois, visar somente o crescimento económico em si, mas a «melhoria qualitativa no bem-estar humano».

O desenvolvimento sustentável é um processo, que parte de valores como:

- ✓ Liberdade, enquanto fundamento e meta de um desenvolvimento centrado na pessoa, implicando que as opções tomadas e implementadas asseguram o pleno respeito das liberdades e a garantia de expressão destas;
- ✓ Justiça e Equidade, tendo em vista garantir os direitos dos mais pobres e das gerações vindouras.

Neste contexto, o desenvolvimento sustentável fomenta a ligação entre o local e o global, o desenvolvido e o em desenvolvimento e a cooperação entre sectores da

sociedade. Uma tomada de decisão numa perspectiva de desenvolvimento sustentável requer, pois, uma análise cuidada da realidade em estudo, de forma a determinar as acções mais adequadas à sua consecução.

2. A Agenda 21 Local assume como princípios orientadores a indispensabilidade do desenvolvimento sustentável, a interdependência do ambiente, da economia, da sociedade e do conhecimento e inovação nos processos de desenvolvimento sustentável, a subsidiariedade e comunitariedade na construção da sustentabilidade.

A sustentabilidade é um conceito dinâmico e holístico, que visa afirmar a conciliação da ecologia, da economia e da sociedade, nas suas diversas dimensões: desenvolvimento económico, protecção ambiental, justiça social e governação. E

*O desenvolvimento sustentável, como percurso para a sustentabilidade, pretende ser economicamente eficaz, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável.*

implica necessariamente abrir o nosso horizonte temporal para o longo prazo, o das gerações futuras, bem como o nosso horizonte espacial.

O desenvolvimento sustentável, como percurso para a sustentabilidade, pretende ser economicamente eficaz, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável. Respeita os recursos naturais e os ecossistemas, sem perder de vista a eficácia económica e as finalidades sociais do desenvolvimento: a luta contra a pobreza, contra os desequilíbrios demográficos, contra as desigualdades e contra a exclusão, bem como níveis crescentes de satisfação das pessoas na comunidade a que pertencem. Reflecte, na sua essência, uma comunidade orientada sobretudo para a sua dimensão humana.

Nesta medida, o desenvolvimento sustentável baseia-se numa «parceria ética» e integra e persegue necessariamente a qualidade de vida das comunidades, num contexto de equidade inter-geracional. Sublinha, ainda, a indispensabilidade da abordagem integrada, de forma a não sacrificar, por opções sectoriais, os valores e objectivos de longo prazo das comunidades.



**3.** A Agenda 21 Local assume-se como o instrumento de integração e articulação, ao nível do território, dos 4 pilares do desenvolvimento sustentável: ambiente, economia, sociedade e conhecimento e inovação.

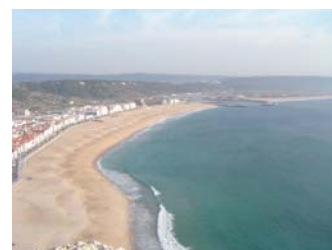
O ambiente, sendo primordial para a sobrevivência humana, é uma preocupação essencial em qualquer processo de desenvolvimento sustentável. A economia e a sociedade dependem, em última análise, da integridade da biosfera e dos processos ecológicos que nela se desenvolvem, o que confere uma especial importância à sustentabilidade ecológica. Complementarmente, a qualidade do ambiente envolve todo o ecossistema, dizendo respeito à defesa e conservação dos recursos naturais essenciais à vida: ar puro, água disponível e de qualidade para consumo, espaços verdes, ausência de ruído, solos não contaminados, etc.

A actividade económica, abrangendo a produção, a distribuição e a comercialização e marketing, influencia directamente o padrão de vida dos residentes – nível de vida –, expresso no seu bem-estar económico individual, enquanto capacidade para satisfazer necessidades de consumo, compatíveis com a sua cultura, história e tradições. A existência de actividades produtivas geradoras de bem-estar material e de emprego, susceptíveis de criação de riqueza, e da consequente disponibilização de postos de trabalho e bens de consumo é, assim, uma condição essencial do desenvolvimento. Mas, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, importa ainda ter presente a integração de preocupações sociais e ambientais nas actividades empresariais, nomeadamente mercado de trabalho inclusivo, equilíbrio entre flexibilidade e segurança no trabalho, espírito empresarial e redução do trabalho não declarado (responsabilidade social das empresas).

A existência de condições sociais e culturais, englobando o acesso a actividades de cultura, lazer e desporto, a segurança, a integração de grupos sociais desfavorecidos, as prestações sociais e cuidados de saúde disponibilizados, a participação social, comunitária e política e o funcionamento das instituições locais, públicas e privadas – condições de vida –, satisfazem necessidades essenciais ao bem-estar social, psicológico, moral, religioso e cultural de cada cidadão, directamente relacionadas com a organização da sociedade.

A procura e a aplicação de mecanismos que continuamente aumentem o bem-estar e satisfação de uma dada comunidade e dos seus membros, permitindo a criação de formas novas e cada vez mais satisfatórias de participação na vida económica, social e política, estão intrinsecamente ligadas ao conhecimento e inovação como promoção e potenciação dos recursos humanos. A utilização do conhecimento e a potenciação da inovação na criação e difusão de novas ideias, tecnologias e serviços, no recrutamento e manutenção de quadros eficientes, na reorganização do trabalho e no reforço da empregabilidade traduz-se num crescimento claro da qualidade de vida dos membros da comunidade, nas vertentes do nível de vida e da coesão social e territorial, e na capacidade de compromisso com caminhos que protejam o ambiente.

Sendo cada um dos territórios ou comunidades olhado no seu contexto específico e próprio, a interacção destes 4 pilares não impediu que na Agenda 21 Local da Nazaré o Mar tenha sido entendido como assumindo uma preponderância clara no processo de desenvolvimento do concelho. Com efeito, o Mar revela-se um recurso estruturante em torno do qual se tem organizado toda a sociedade e a vida local ao longo dos tempos, tendo sido determinante para o aparecimento e desenvolvimento de importantes actividades económicas como a pesca e o turismo balnear.



**4.** O desenvolvimento sustentável supõe também uma ética de procedimentos, que se deve manifestar numa nova forma de governar, na qual o processo de tomada de decisão é tão importante como a própria decisão. A governação, isto é, o modo como a sociedade, colectivamente, resolve os seus problemas e satisfaz as suas necessidades é o núcleo essencial da estratégia de desenvolvimento sustentável. E, porque é um processo colectivo baseado na abertura, participação, responsabilização, eficácia e coerência, implica o envolvimento das instituições públicas e privadas, das empresas, da sociedade civil e dos cidadãos individualmente considerados.

Neste processo de procura e aplicação de mecanismos que continuamente aumentem o bem-estar e satisfação da comunidade e dos seus membros, cabe aos



poderes públicos locais determinarem a sua actuação por uma gestão pública transparente, respeitadora da ética e dos cidadãos. Cabe-lhes, ainda, orientar as práticas institucionais e decisórias pela participação, através da coordenação e cooperação horizontal e vertical entre actores públicos e privados, e pela coerência e integração das políticas sectoriais aos diversos níveis. Só desta forma é possível construir uma visão partilhada do desenvolvimento sustentável e um compromisso e uma direcção claras, que constituam a plataforma de concretização da estratégia e das acções por ela implicadas.

Assim, a informação, a comunicação e a formação para o desenvolvimento sustentável estão no cerne da própria Agenda 21 Local. E é essencial para a sua implementação bem sucedida desenvolver uma estratégia adequada de informação, comunicação e formação, de maneira a que a comunidade possa dispor de instrumentos para compreender e participar na análise, reflexão e proposta de novos caminhos. Uma comunidade participativa e interveniente é a base última do desenvolvimento sustentável.

**5.** Implementar uma política de desenvolvimento sustentável local obriga a ter em conta um conhecimento aprofundado da realidade onde se pretende actuar, uma avaliação dos seus diversos aspectos e especificidades. Obriga ainda a ter consciência de que a nossa responsabilidade vem não só da nossa acção, mas também da nossa inacção.

As ocupações dominantes da população activa do Concelho concentram-se no sector terciário, a que se segue o secundário e por último o primário, relevando-se neste a floresta e a cultura hortícola nos Campos do Valado. As principais indústrias do Concelho estão orientadas para as madeiras e porcelanas.

A Nazaré é um importante destino turístico do Oeste, antigo e maduro, centrado no turismo familiar de sol e praia, marcadamente estival, com uma clientela predominantemente nacional e regional, de nível médio a baixo e mesmo popular. As estadas de turismo de sol e praia mais ou menos passivas tendem sempre a originar grandes concentrações estivais à beira-mar, nos sectores mais nobres, protegidos,

acessíveis e urbanos, a Praia da Nazaré. Trata-se aliás de uma sazonalidade tradicional, que vem sendo agravada com a redução do período das férias escolares, em detrimento do mês de Setembro, sobretudo da primeira quinzena, a qual funcionava como um prolongamento mais popular da estação alta estival centrada nos meses de Julho e mais ainda em Agosto, e dificilmente contrariável por essa mesma razão.



Os impactos desta massificação sazonal são agravados com o excursionismo, nomeadamente domingueiro, que no Verão também se orienta preferencialmente para a praia da Vila e para o Sítio, muito menos para a Pederneira: lugares de maiores concentrações de património edificado e de melhores vistas cénicas, cuja atracção no caso do Sítio é reforçada com o acesso através do funicular, que remonta aos finais do século XIX e no Verão com o comboio turístico, ambos de iniciativa e exploração da autarquia. Pode-se falar de saturação na estação alta, nomeadamente no mês de Agosto, quando a ocupação dos espaços públicos e sobretudo da praia e da avenida marginal ultrapassam largamente a sua capacidade de carga, e os verdadeiros turistas a sua capacidade de tolerância perante as multidões de visitantes de fim de semana ou apenas de um dia. Importa contrariar esta concentração temporal, mesmo admitindo que uma parte destes afluxos estivais pode ser desviada para as praias mais a sul, como a dos Salgados, o que será facilitado com a construção da circular urbana, ou simplesmente para os parques de merendas.

Na clientela turística da Nazaré figuram, para além dos veraneantes do sol e praia, os turistas atraídos por eventos de vária natureza – religiosos, culturais, desportivos, ou simplesmente de animação, como os festejos de Fim do Ano ou do Carnaval – assim como pelo património edificado, pelas paisagens, as marítimas, as urbanas ou as do pinhal, pelas oportunidades de presenciar vivências de cariz etnográfico, na continuação de algumas imagens emblemáticas do destino Nazaré (trajos de pescadores e varinas, artes de xávega, secas de pescado nos areais, modos de vida dos meados do passado século); sem esquecer os turistas que procuram simplesmente o lazer e o convívio num quadro ambiental agradável e seguro, com uma gastronomia original e de qualidade tendo por base o pescado e os mariscos.

Trata-se também nestes casos de um turismo essencialmente familiar: continua a ser pouco significativa a procura de pessoas sós ou de turistas seniores, assim como o turismo activo, o de incentivos, os estágios profissionais, as reuniões de negócios, etc, por natureza muito menos estivais.

Por outro lado, a imagem da Nazaré como destino turístico continua a ser marcada pela oferta de camas paralelas, que em nada contribui para a sua afirmação como destino turístico de qualidade, a nível nacional e internacional. Trata-se de uma tradição fortemente enraizada na população local e que interessa sobretudo famílias ligadas à pesca, à conservação e ao comércio do peixe, no presente e mais ainda no passado próximo, actividades claramente em regressão prolongada. Assegura rendimentos relativamente importantes no equilíbrio dos pequenos orçamentos familiares, quando não também complementos principais das suas modestas reformas.

Muitos dos actores intervenientes no mercado de camas paralelas são mulheres domésticas e reformadas, pouco abertas a outras iniciativas de trabalho e ganhos menos autónomas, menos lucrativas e bem mais exigentes e arriscadas. A opção por esta fonte de rendimentos não envolve esforços significativos, para além da limpeza da casa e do tratamento da roupa, apenas a partilha ou o afastamento periódico do lar, um lar que foi para tal equipado e tornado mais moderno e confortável e de que se retira proveito pleno através de usufruto exclusivo no resto do ano: aluguer quase exclusivamente estival de quartos ou de partes de casa, predominantemente à semana, mas também por fim de semana/2 noites e mesmo apenas uma noite; mais raramente, aluguer de toda casa, à quinzena ou ao mês, como noutros tempos, com retirada para dependências anexas ou alojamento em casa de familiares. A redução dos tempos dos alugueres desta oferta acompanha aliás a tendência geral de redução das estadas dos turistas que frequentam a Nazaré.

São tendências marcantes da Nazaré como destino turístico:

- a degradação da sua imagem a nível nacional e europeu, que se traduz na perda de atractividade turística, na incapacidade de conservar e menos ainda de polarizar novos fluxos, de manter os fluxos de turistas emigrantes e de o turismo continuar a induzir o desenvolvimento local, de forma sustentável;

- o reforço dos fluxos associados a residências secundárias, com presenças bem mais frequentes ao longo do ano, mesmo regulares, consumidores exigentes de bens e serviços públicos mas indutores fracos de desenvolvimento económico e social;
- a redução das estadas dos turistas que a frequentam, se excluirmos as das famílias detentoras de residências secundárias ou de residências de férias e das que instalam por longos períodos as suas rouletes e tendas de férias nos parques de campismo, mediante contratação anual dos mesmos espaços.

6. A Agenda 21 do Município da Nazaré é uma iniciativa do poder público local e, nesta medida, visa desde logo constituir-se como uma referência qualitativa indispensável em todos os processos de decisão das entidades públicas locais. Para além disso, e porque é também um processo dinâmico no sentido do desenvolvimento sustentável da comunidade, a Agenda 21 do Município da Nazaré pretende ser uma orientação conformadora da actuação dos agentes privados do concelho.

A Agenda 21 do Município da Nazaré assume:

- A integração dos princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas, programas e processos de decisão do Município.
- A integração dos princípios do desenvolvimento sustentável na gestão municipal de equipamentos, bens e serviços.
- O envolvimento dos cidadãos e dos agentes económicos, sociais e culturais nos processos de decisão e actuação municipais, através da dinamização do Fórum do Desenvolvimento Sustentável.
- A presença e afirmação dos interesses da comunidade, mediante a participação activa em redes e parcerias locais, regionais, nacionais e transnacionais.

- ☑ A definição de objectivos estratégicos e a concretização de medidas operacionais focalizadas na consolidação e reforço do desenvolvimento sustentável do Município.
- ☑ O acompanhamento da evolução registada, mediante a monitorização dos indicadores de desenvolvimento sustentável.
- ☑ A revisão periódica das metas e objectivos de desenvolvimento sustentável do Município, incorporando as novas necessidades e aspirações da comunidade.

Na moldura conceptual dinâmica que é a da Agenda 21, a Agenda 21 Local do Município da Nazaré pretende ser um quadro de referência para o desenvolvimento económico, social e cultural, tendo como pano de fundo a riqueza e a densidade do passado como espaço comum de pertença identitariamente ligado ao Mar, a sua redescoberta como visão e afirmação de futuro, o respeito pelo ambiente, pela biodiversidade e pelos recursos naturais. Pretende proporcionar aos decisores locais a oportunidade de, com a população, em coordenação com os poderes regionais e centrais, desenvolverem um diálogo construtivo de parceria e co-responsabilidade.



# 2

Agenda **21** Local  
Município da  
Nazaré



## ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

*ipi*

Investigação, Planeamento e Intervenção Local

## 2. Enquadramento metodológico

### 2.1. A Agenda 21 LOCAL

Em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD) aprovou um Plano de Acção para o Século 21, intitulado “Agenda 21”. Realizada na comemoração dos 20 anos da Conferência de Estocolmo – evento em que as autoridades mundiais procuraram enfrentar a crise ambiental e apelaram ao empenhamento na educação ambiental –, a ECO 92 colocou a questão do *Desenvolvimento Sustentável* na ordem do dia das políticas públicas.

O conceito de *Desenvolvimento Sustentável* adoptado no Relatório “O Nosso Futuro Comum” (Relatório *Brundtland* - 1987), destinado a preparar a citada Conferência do Rio, que se assume, e que mantém toda a sua actualidade, é: “desenvolvimento que permite a satisfação das necessidades de hoje, sem, no entanto, comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas necessidades”.

A Agenda 21 vem ao encontro desta preocupação, delineando vias genéricas para encontrar soluções. Trata-se de um programa global de acção, a ser posto em prática pelos governos, as instituições de desenvolvimento, os organismos das Nações Unidas e os grupos de sectores independentes em todas as áreas que afectam o ambiente. A sua atenção dirige-se a quatro sectores em especial:



- O campo económico e social do desenvolvimento;
- A conservação e renovação dos recursos utilizados para o desenvolvimento;
- A participação na decisão de grupos maioritários da população;
- A concretização de medidas que permitam um desenvolvimento sustentado.

São, pois, considerados desafios à sustentabilidade indispensável ao desenvolvimento, temas globais como a erradicação da pobreza, com a promoção do desenvolvimento social e da saúde; a promoção de padrões de produção e consumo sustentáveis, no



sentido de uma maior eco-eficiência da economia; a conservação e gestão sustentável dos recursos; o reforço da boa governação a todos os níveis, incluindo a participação pública; os meios de implementação, abrangendo a capacitação, a inovação e a cooperação tecnológica.

Não se tratando de problemas novos, a sua resolução e a inversão das tendências registadas supõem, no entanto, uma nova ética global e uma atitude ética dos indivíduos e da sociedade, reconhecendo e respondendo com sensibilidade às relações, complexas e em contínua evolução, do homem com o homem e do homem com a biosfera.

**P**romover a elaboração de Agendas 21 Locais, estimulando a intervenção dos níveis locais e regionais no processo de desenvolvimento sustentável, de acordo com o Capítulo 28.º da Agenda 21<sup>1</sup> é um processo participativo, multisectorial, cuja implementação assenta em planos de acção congregando as prioridades locais. Sendo um processo estratégico, e de longo prazo, conduzido pelos executivos municipais, visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades e integrando as vertentes social, económica e ambiental, assenta numa micro-estrutura física e com administração própria, consubstanciando, assim, os princípios do desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, em 1994 a União Europeia e a cidade de Aalborg, na Suécia, patrocinaram a Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, organizada pelo ICLEI (Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais). Desta Conferência resultou a “Carta de Aalborg”, assinada por mais de 300 entidades, que deu início à Campanha para as Cidades e Vilas Europeias Sustentáveis, e em cuja Parte III se sublinha a importância do lançamento nas comunidades locais de processos de Agenda 21 Local.

---

<sup>1</sup> O Capítulo 28.º da Agenda 21 pode ser consultado no Apêndice.

Os signatários da Carta de Aalborg comprometeram-se a lançar um Plano de Acção Local incluindo as seguintes fases:

- ☑ Reconhecimento dos métodos de planeamento e dos mecanismos de apoio financeiro existentes, assim como de outros planos e programas;
- ☑ Identificação sistemática dos problemas e das suas causas através de consulta pública;
- ☑ Priorização das tarefas para tratar os problemas identificados;
- ☑ Definição do cenário para uma comunidade sustentável através de um processo de participação alargado a todos os sectores da comunidade;
- ☑ Exame das estratégias alternativas de desenvolvimento;
- ☑ Estabelecimento de um Plano de Acção Local, a longo prazo, para a sustentabilidade, a qual deve incluir metas mensuráveis;
- ☑ Programação da implementação do Plano, incluindo o calendário e a atribuição de responsabilidades aos parceiros;
- ☑ Estabelecimento das regras para a monitorização do processo de implementação do Plano.

Este Plano de Acção, assente nos resultados da monitorização, permite a aplicação operativa do Princípio da Melhoria Contínua baseado no ciclo “planear, executar, medir e actuar” (ciclo de Deming). É, pois, uma forma eficaz de delinear e executar estratégias que, a partir da experiência de aplicação, vão recolhendo orientações para continuar e aprofundar o desenvolvimento de forma sustentada.



O reconhecimento pela CNUAD de que é ao nível do Poder Local que grande parte dos problemas do desenvolvimento sustentável se poderão resolver, não é mais do que a constatação de que, somente perto das comunidades e com o *envolvimento* destas, é possível identificar, planear, executar e monitorizar o desenvolvimento sócio-económico e ambiental dessas mesmas comunidades.

Tendo em consideração que a Agenda 21 Local se destina a favorecer de forma sustentada o desenvolvimento da Qualidade de Vida ao nível local, os temas por ela abordados incluem capítulos que se desdobram em quatro vertentes: nível de vida – economia –, condições de vida – sociedade, qualidade do ambiente e qualificação dos recursos humanos. Assim, não é de estranhar que aspectos como a criação de emprego, a exclusão social, a saúde, a terceira idade, os transportes e acessibilidades, o respeito pela História e pelo património construído, a educação, o associativismo, o desenvolvimento de actividades produtivas, o turismo, o acesso a produtos agrícolas ecológicos, a qualidade do ar, do solo, da água, o tratamento de resíduos e de efluentes líquidos, as energias renováveis, etc., sejam objecto de análise na Agenda 21.

## 2.2. Metodologia de desenvolvimento

A Agenda 21 Local como programa de desenvolvimento sustentável implica a definição de uma metodologia coerente, fiável e simples, passível de ser genericamente entendida, de ser executada com facilidade e de ser acompanhada com simplicidade.

A metodologia desenvolvida parte da qualificação do Município como uma unidade complexa, na qual os recursos ambientais interagem com o desenvolvimento económico, social e cultural dos cidadãos. Assenta, ainda, numa perspectiva integradora e transversal das políticas sectoriais locais.

Neste contexto, a aplicação da metodologia deve permitir equacionar os problemas e definir uma forma de os hierarquizar, estabelecendo prioridades para a actuação. É, assim, um processo sequencial, por etapas, que, partindo de um referencial actual, aponta objectivos operacionais de desenvolvimento sustentável de forma criteriosa e define planos de acção consequentes e adequados à concretização daquelas opções.

O envolvimento e o poder de decisão das comunidades locais, nomeadamente por via da vontade e da liderança dos seus representantes políticos, constituem o fulcro da filosofia da Agenda 21 Local.

O projecto de implementação da Agenda 21 Local na Nazaré está dividido em várias etapas e fases sequenciais, estando estas organizadas de uma forma sistemática e sequencial e de conclusão obrigatória.

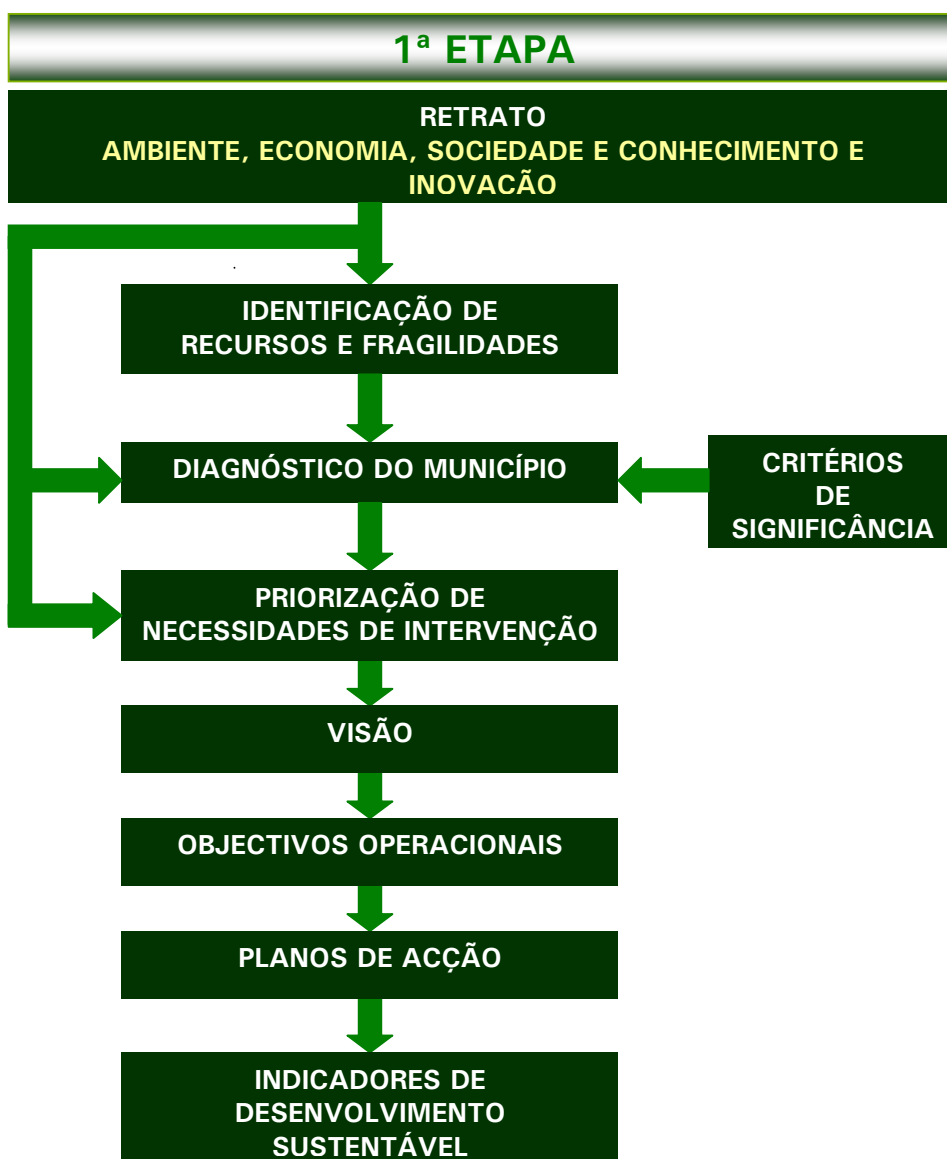
A primeira etapa retrata e constrói o diagnóstico do Município da Nazaré, de acordo com os pilares fundamentais: Ambiente; Economia; Sociedade e Conhecimento e Inovação e, numa perspectiva transversal, o Mar como aspecto estruturante e recurso estratégico do concelho.



Tendo por base este diagnóstico constitui-se a Visão, os Objectivos Operacionais e os Planos de Acção para o desenvolvimento sustentável, bem como um conjunto de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, de forma a se monitorizar e avaliar o desempenho do processo.

A apreciação e validação do processo ocorre na 2ª etapa através da criação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável – peça indispensável e constitutiva da metodologia do projecto Agenda 21 Local

O presente relatório diz respeito à 1ª Etapa deste processo, sendo que esta obedece às seguintes fases:



### 2.2.1. Retrato e contextualização

O retrato ambiental, económico, social e humano tem como objectivo principal o conhecimento da situação actual do concelho.

A contextualização baseia-se no entendimento de que o desenvolvimento sustentável é um processo dinâmico e partilhado, sendo o objectivo perceber a situação da Nazaré comparativamente aos concelhos limítrofes.

A conjugação destas duas análises, quantitativas e qualitativas, constituem o “referencial zero”, isto é, a sistematização da realidade do concelho de que se parte.

Tendo por base este “referencial zero” são identificados os recursos e fragilidades do concelho, tendo em vista um percurso de desenvolvimento sustentável.

### 2.2.2. Diagnóstico ambiental, económico, social e do conhecimento e inovação

O diagnóstico ambiental, económico, social e do conhecimento e inovação do Município da Nazaré tem como objectivo identificar as principais relações intersectoriais e tendências de mudança, bem como a medida em que elas influenciam e devem ser ponderadas nos objectivos operacionais e nos planos de acção a definir.



Assim, a análise qualitativa consubstanciada no retrato actualizado da comunidade é quantificada, através do estabelecimento de uma grelha multi-critério cujo resultado se traduz numa matriz de diagnóstico e avaliação.

### 2.2.2. Priorização de necessidades de intervenção

No contexto do concelho da Nazaré, tal como foi identificado no “referencial zero”, identificadas as potencialidades e fragilidades através da matriz de diagnóstico, para

que essa informação quantitativa e qualitativa não se reduza a um mero inventário sem valor operativo, importa estabelecer hierarquias de orientação e actuação, priorizando necessidades de intervenção.

Esta priorização é uma ferramenta relevante de planeamento e gestão, constituindo o ponto de partida para actuações concretas e facilitando a participação da comunidade.

### 2.2.3. Definição da visão e dos objectivos operacionais

Priorizadas as necessidades de intervenção, importa definir as grandes orientações de base política e conceptual do desenvolvimento sustentável – saber escolher e saber renunciar para ter uma decisão coerente –, englobando num horizonte temporal alargado os quatros pilares: ambiente, economia, sociedade e conhecimento e inovação.

Este quadro de referência, consubstanciado na visão e nos objectivos operacionais, constitui a âncora dos planos de acção.

### 2.2.4. Proposta de planos de acção

Para cada objectivo operacional propõe-se um conjunto de planos de acção que visa permitir a sua concretização.

### 2.2.5. Indicadores de desenvolvimento sustentável

O acompanhamento da execução dos Planos de Acção implica a aplicação de um sistema de medida e avaliação estandardizado, coerente com as actuações propostas. Importa, assim, criar um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável, associados aos planos de acção.

Os indicadores de desenvolvimento sustentável são instrumentos de monitorização do caminho que é percorrido desde a situação existente, e de que se parte, até à



concretização dos objectivos estratégicos definidos, avaliando periodicamente a adequação dos planos de acção que, para este efeito, são adoptados.

### 2.2.6. Web application

A AGENDA 21 LOCAL é, também, um processo de transferência de conhecimento e deve visar a capacity building local. Neste sentido, torna-se indispensável dotar o Município da capacidade de retirar dos indicadores de desenvolvimento sustentável todo o seu potencial de informação e monitorização. Assim, os indicadores de desenvolvimento sustentável são disponibilizados em base de dados, suportada numa web application, carregada com os valores disponíveis dos indicadores de desenvolvimento sustentável, destinada a ser instalada no site do Município, e que permite, nomeadamente, o acompanhamento intuitivo da sua evolução.

A actualização dos indicadores de desenvolvimento sustentável, de acordo com a periodicidade definida para cada um deles na web application é da responsabilidade da Câmara Municipal e faz parte do processo de concretização da Agenda 21 Local.



# 3

Agenda **21** Local  
Município da  
Nazaré



## VIVER NA NAZARÉ

*ipi*

Investimentos, Projetos e Inovações, Lda.

## 3. Viver na Nazaré

### 3.1. Município

A Nazaré é um Município com uma área de 81,5 km<sup>2</sup>, três freguesias (Famalicão, Valado dos Frades e Nazaré) e uma população de cerca de 15.000 pessoas. Tem características rurais (herança dos Monges de Cister) ligadas às culturas de regadio, produções hortícolas e frutícolas. Situada entre o Oceano Atlântico e o município de Alcobaça, tem uma forte ligação ao Mar, que a posicionou como destino turístico balnear. Possui ainda um vasto pinhal inserido nas Matas Nacionais, bem conservado.

A sua localização permite-lhe dispor de acessos rodoviários modernos, facilitadores do contacto com os grandes centros urbanos. As comunicações com o exterior são boas e funcionam bem.

Actualmente a maioria da população residente concentra-se na sede de Concelho, tendo o Município uma densidade populacional elevada (184,3 habitantes por km<sup>2</sup>). À semelhança do que sucede com o resto do País, a população denota tendência para o envelhecimento. A população residente tem diminuído, sobretudo, nos escalões etários mais baixos. Cerca de 93,9% da população activa está empregada; a população desempregada representa cerca de 6,1% da população activa.

O Município está razoavelmente bem apetrechado de infra-estruturas básicas e equipamentos sociais e tem desenvolvido uma série de actividades no âmbito da acção social. Reconhece-se a existência de algumas situações de cuidado, tendo-se criado meios de melhoramento das condições de vida locais. A cultura tem muita importância no concelho, bem como o desporto, ambos apoiados em boas infra-estruturas.

A Nazaré é considerado um Município seguro.

O grau de instrução dos nazarenos é médio, com tendência a melhorar para o qual a formação profissional e o uso das tecnologias de informação e comunicação têm desempenhado um papel importante.

O Mar é um recurso determinante do Município. A qualidade da água costeira é boa na maioria das praias e devido à dinâmica costeira há uma acentuada renovação das massas de água pelo que existe potencial para o desenvolvimento no Município de outros usos para além do uso balnear.

Os ecossistemas marítimos e costeiros são ricos, estão bem conservados e possuem espécies de fauna e flora de importante valor conservacionista, o que contribui para a manutenção da biodiversidade.

O ambiente no Município inspira alguns cuidados, na rede hidrográfica, mas a floresta, que ocupa uma área significativa no Município, tem um razoável estado de conservação. O Município possui uma vasta área de espaços verdes, mas não em áreas urbanas.

A recolha de resíduos sólidos urbanos serve a totalidade da população, mas a recolha selectiva e reciclagem de resíduos é ainda insignificante. A qualidade do ar e o ruído não são monitorizados.

As actividades económicas relevantes na Nazaré são o turismo, a agricultura e as indústrias da cerâmica e das madeiras. As taxas de actividade económica e de desemprego estão dentro das médias nacionais, no entanto o desemprego tem vindo a aumentar, devido à destruição de empregos industriais (na cerâmica) e é pouco qualificado.

A actividade agrícola tem algum peso económico no Concelho e destacam-se alguns produtos: a maçã de Alcobaça (produto de denominação protegida) e Pêra Rocha (produto certificado), também produzidos no Concelho.

A pesca é uma actividade ainda importante, embora o seu peso relativo tenha vindo a diminuir, já não sendo considerada uma forma de dinamização do Município. O porto de pesca possui uma frota pequena, mas a pesca desportiva tem vindo a aumentar.

A actividade industrial tem uma relevância relativa no Município. A indústria da cerâmica é responsável por um grande número de empregos, no entanto atravessa um período de crise, que se tem reflectido no encerramento de algumas unidades.

O comércio é diversificado e nas áreas mais vocacionadas para o turismo, encontram-se vários comerciantes com um espírito aguerrido e comercialmente agressivo.

O sector do turismo tem sido a grande aposta no Município em termos de desenvolvimento local. A oferta de alojamento na Nazaré é muito diversificada em categoria e qualidade, parece ser suficiente para a época estival, mas excessiva para o resto do ano. A oferta de restauração no Município é também muito elevada, e sofre, grandemente, os efeitos da sazonalidade do turismo, sendo a sua qualidade gastronómica muito variável.

A procura turística apresenta uma estada média e uma taxa de ocupação mais baixas que as verificadas nas outras regiões próximas. É efectuada essencialmente no Verão, por turistas portugueses, franceses e espanhóis. Tem-se procurado diminuir a sazonalidade com a recomendação de datas especiais para a localidade e com a realização de actividades associadas ao desporto.

### 3.2. Metodologia do diagnóstico

O diagnóstico do Município da Nazaré tem como objectivo identificar as principais relações intersectoriais e tendências de mudança, bem como a medida em que elas influenciam e devem ser ponderadas nos objectivos operacionais e nos planos de acção a definir.

Assim, a análise qualitativa consubstanciada no retrato actualizado da comunidade é quantificada, através do estabelecimento de uma grelha multi-critério constituída por:

1. Definição de critérios de significância;
2. Identificação dos elementos caracterizadores do retrato actual da Nazaré no âmbito dos quatro pilares da Agenda 21 Local e do recurso estratégico «Mar»;
3. Atribuição de uma pontuação a cada elemento caracterizador do retrato actual, de acordo com o seu efeito em cada critério de significância;
4. Atribuição de uma ponderação específica a cada critério de significância, em função do retrato actual do Município da Nazaré.

O resultado destas operações traduz-se numa matriz de diagnóstico e avaliação, de que decorre a priorização quantificada das necessidades de intervenção.

### 1. Critérios de significância

A definição dos critérios de significância visa permitir avaliar os elementos caracterizadores do retrato actualizado do Município da Nazaré na perspectiva dos 4 pilares do desenvolvimento sustentável e do recurso estratégico identificado. Consiste na enunciação do conjunto de critérios coerentes, universais, compreensíveis, fáceis de implementar e quantificáveis, com base nos quais é avaliada a realidade.

Os critérios de significância têm em atenção as orientações definidas a nível europeu e nacional em matéria de desenvolvimento sustentável e estão referenciados à escala de valores que se encontra subjacente às políticas de sustentabilidade.

Em Portugal e actualmente, os critérios de significância seleccionados são os seguintes:

- a) **Saúde Pública**, adoptando a definição consagrada na 4.<sup>a</sup> Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde (OMS) e no Health Impact Assessment (Gothenburg Consensus Paper, Dezembro, 1999), nos termos da qual a saúde baseia-se nos recursos pessoais e sociais, bem como nas capacidades físicas dos indivíduos.
- b) **Impactes Ambientais**, no sentido de possíveis perturbações sobre o ambiente e a qualidade ambiental, abrangendo a preservação do ecossistema e a defesa e conservação dos recursos naturais essenciais à vida (ar puro, água disponível e de qualidade para consumo, espaços verdes, ausência de ruído, solos não contaminados, biodiversidade...);
- c) **Impactes Económicos**, entendidos como implicações e consequências prováveis no incremento do nível de vida da população do território, sentido ao nível do bem-estar económico individual (satisfação de necessidades de consumo) e ao nível do bem-estar material global (actividades produtivas criadoras de riqueza, emprego, postos de trabalho e bens de consumo);

d) **Impactes Sociais**, considerados como efeitos nas condições de vida da população do território, expressa na existência de condições sociais (segurança, prestações sociais e cuidados de saúde, integração de grupos sociais desfavorecidos, participação social, comunitária e política, funcionamento das instituições locais, públicas e privadas...) e de condições culturais (acesso a actividades de cultura, lazer e desporto);

e) **Impactes no conhecimento e inovação**, entendidos como as implicações e consequências prováveis no incremento da qualificação, promoção e valorização das pessoas e da potenciação da criatividade, ao nível da informação, formação, comunicação e tecnologias;

f) **Recursos municipais**, entendidos como recursos humanos e/ou meios financeiros necessários, a mobilizar pelos poderes públicos, seja pela disponibilização de meios próprios ou pela capacidade de mobilização de meios encontrados junto da comunidade local (indivíduos, empresas, associações...com vontade e capacidade de intervenção física e monetária).

## 2. Identificação dos elementos caracterizadores do retrato actual do Município da Nazaré

Os elementos caracterizadores do retrato actual do Município da Nazaré são identificados com base no tratamento e análise da informação recolhida nas fontes primárias e secundárias e visam destacar as situações ambientais, económicas, sociais e de conhecimento e inovação, bem como as referentes ao recurso estratégico «Mar», constitutivas da situação actualizada do concelho.

## 3. Pontuação de efeitos

A atribuição de uma pontuação de efeitos visa exprimir quantitativamente a importância que cada elemento caracterizador do retrato actualizado do Município da Nazaré tem em cada um dos critérios de significância considerados e evidenciar quantitativamente as áreas de maior potencialidade e de maior fragilidade.



A cada elemento caracterizador do retrato actualizado do território ou comunidade é atribuída uma pontuação no âmbito de cada critério de significância, em função do seu efeito nesse critério, de acordo com a seguinte escala:

	1	0	- 1	- 2
Saúde pública	Positivo ou positivo moderado	Nem positivo, nem negativo	Negativo moderado	Negativo significativo
Impactes ambientais	Positivo ou positivo moderado	Nem positivo, nem negativo	Negativo moderado	Negativo significativo
Impactes sociais	Positivo ou positivo moderado	Nem positivo, nem negativo	Negativo moderado	Negativo significativo
Impactes económicos	Muito positivo	Moderadamente positivo	Nem positivo, nem negativo	Negativo moderado
Impactes no conhecimento e inovação	Muito positivo	Moderadamente positivo	Nem positivo, nem negativo	Negativo moderado
Recursos municipais	Não exige recursos	Exige recursos reduzidos	Exige recursos moderados	Exige recursos elevados

**Positivo (1)** = Efeitos positivos ou efeitos positivos moderados sobre a saúde pública, o ambiente e a sociedade.

= Efeitos muito positivos sobre a economia e o conhecimento e inovação.

= Não exige recursos.

**Neutro (0)** = Ausência de efeitos sobre a saúde pública, o ambiente e a sociedade.

= Efeitos moderados sobre a economia e o conhecimento e a inovação.

= Reduzida exigência de recursos.

**Negativo (- 1) = Moderado efeito negativo na saúde pública, no ambiente e na sociedade.**

**= Ausência de efeitos na economia e no conhecimento e inovação.**

**= Moderada exigência de recursos**

**Muito negativo (- 2) = Efeito negativo significativo na saúde pública, no ambiente e na sociedade**

**= Efeito negativo moderado na economia e no conhecimento e inovação.**

**= Significativa exigência de recursos.**

#### **4. Ponderação dos critérios de significância**

O grau de importância relativa dos critérios de significância é determinado pela realidade concreta do Município, conjugada com os princípios de referência do desenvolvimento sustentável e resulta da atribuição a cada um deles de uma ponderação.

Esta ponderação atribuída aos critérios de significância visa fazer reflectir os interesses e objectivos do Município na priorização das intervenções, tendo em conta os seus valores fundamentais e a responsabilidade individual e social.

No Município da Nazaré e tendo presente o retrato actualizado delineado foram atribuídas as seguintes ponderações aos critérios de significância:

**1 "Impactes na Saúde Pública" ⇨ 3;**

**2 "Impactes Ambientais" ⇨ 3;**

**3 "Impactes Económicos" ⇨ 2;**

**4 "Impactes Sociais" ⇨ 2;**

**5 "Impactes no Conhecimento e na Inovação" ⇨ 1;**

**6 "Recursos municipais" ⇨ 1.**

## 5. Leitura da matriz de diagnóstico e avaliação

O cruzamento dos critérios de significância com os elementos caracterizadores do retrato actualizado do Município da Nazaré permite obter para cada um destes elementos uma classificação final global, devidamente ponderada, a partir da qual podem ser identificadas de forma hierarquizada as necessidades de intervenção.

Assim:

Parâmetros	Pond.	Pontuação			
		1	0	-1	-2
Saúde pública	3	Positivo ou positivo moderado 3	Nem positivo, nem negativo 0	Negativo moderado -3	Negativo significativo -6
Impactes Ambientais	3	Positivo ou positivo moderado 3	Nem positivo, nem negativo 0	Negativo moderado -3	Negativo significativo -6
Impactes Sociais	2	Positivo ou positivo moderado 2	Nem positivo, nem negativo 0	Negativo moderado -2	Negativo significativo -4
Impactes Económicos	2	Muito positivo 2	Moderadamente positivo 0	Nem positivo, nem negativo -2	Negativo moderado -4
Impactes no conhecimento e inovação	1	Muito positivo 1	Moderadamente positivo 0	Nem positivo, nem negativo -1	Negativo moderado -2
Recursos Municipais	1	Não exige recursos 1	Exige recursos reduzidos 0	Exige recursos moderados -1	Exige recursos elevados -2

Essa classificação permite uma avaliação qualitativa em 5 níveis – Muito Bom, Bom, Suficiente, Insuficiente e Mau –, reflectida numa priorização das necessidades de intervenção.

Numa leitura global do contexto do Município, as pontuações obtidas situam-se numa escala de 12 a -24, com a seguinte interpretação:

**Muito Bom = 9, 10, 11 e 12;**

**Bom = 5, 6, 7 e 8;**

**Suficiente = 0, 1, 2, 3 e 4;**

**Insuficiente = -1, -2, -3, -4, -5, -6, -7, -8, -9, -10, -11 e -12;**

**Mau = -13, -14, -15, -16, -17, -18, -19, -20, -21, -22, -23 e -24.**

Numa leitura sectorial, as pontuações situam-se numa escala de -6 a 3, com a seguinte interpretação:

**Saúde Pública:**

**Bom = 3;**

**Suficiente = 0;**

**Insuficiente = -3;**

**Preocupante = -6.**

**Qualidade do ambiente (impactes ambientais):**

**Bom = 3;**

**Suficiente = 0;**

**Insuficiente = -3;**

**Preocupante = -6.**

**Nível de vida (impactes económicos):**

**Bom = 2;**

**Suficiente = 0;**

**Insuficiente = -2;**

**Deficiente = -4.**

**Condições de vida (impactes sociais):**

**Bom = 2;**

**Suficiente = 0;**

**Insuficiente = -2;**

**Deficiente = -4.**

**Conhecimento e inovação:**

**Bom = 1;**

**Suficiente = 0;**

**Insuficiente = -1;**

**Deficiente = -2.**

**Recursos municipais:**

**Exequível = 1;**

**Exequível com envolvimento reduzido = 0;**

**Exequível com envolvimento moderado = -1;**

**Exequível com envolvimento significativo = -2.**

Estas pontuações evidenciam as áreas de maior potencialidade (P) e de maior fragilidade (F), constituindo o diagnóstico do Município da Nazaré.

A ordenação dos recursos e actividades existentes no Município por ordem decrescente torna imediatamente visível o que está bem, o que está menos bem e o que precisa de ser melhorado.

O Município fica, assim, a dispor de um instrumento facilitador de uma primeira abordagem ao planeamento de acções a concretizar no seu modelo de desenvolvimento sustentável.

## 3.3. Tabelas de pontuação

Introdução	CRITÉRIOS						TOTAL	
	Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais		
	Ponderação							
	3	3	2	2	1	1		
<b>Localização geográfica</b>								
<b>P</b>	Localizado junto à costa portuguesa	3	-3	0	2	0	-2	0
<b>F</b>	Faz fronteira só com o concelho de Alcobaça	0	0	0	-4	-1	1	-4
<b>Acessibilidades</b>								
<b>P</b>	Boas acessibilidades	3	3	2	2	0	1	11
<b>P</b>	Plano rodoviário nacional - novos acessos à região	3	3	2	2	0	1	11
<b>P</b>	Circular à Vila da Nazaré (projecto aprovado)	3	3	2	2	-1	1	10
<b>P</b>	Boas condições de mobilidade automóvel nas aldeias e zona sul da Vila	3	3	0	2	-1	-1	6
<b>P</b>	Sinalética rodoviária suficiente e recente na sede de concelho	0	0	0	2	0	-1	1
<b>F</b>	Sinalética rodoviária insuficiente fora da sede de concelho	0	0	-4	-4	-2	-1	-11
<b>F</b>	Ruas em mau estado de conservação em algumas povoações	-3	-3	-4	-2	-1	-1	-14

Mar – Recurso Estratégico		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Qualidade da água e dinâmica costeira</b>								
P	Potencial para o desenvolvimento de outros usos para além do uso balnear	3	3	2	2	1	-1	10
P	Potencial para o aproveitamento da energia das ondas	3	3	2	0	1	1	10
P	Condições hidrográficas e fisiográficas favoráveis a uma acentuada renovação das massas de água	3	3	0	2	0	1	9
P	Boa qualidade da água na maioria das praias	3	3	0	2	0	-1	7
P	Existência de praias com bandeira azul	3	3	0	2	0	-1	7
F	Pescado retirado (parte da captura devolvida ao mar, na maioria sem vida) constitui uma fonte de resíduos	-3	-3	-4	-2	-1	1	-12
F	Ausência generalizada de informação sobre a qualidade dos sedimentos costeiros (incluindo sobre a areia das praias)	-3	-3	-4	-2	-1	0	-13
F	Tráfego e lavagem de embarcações	-3	-3	-4	-2	-1	1	-12
F	Contaminantes transportados pelo rio Alcoa até à zona costeira	-6	-6	-4	-2	-1	-1	-20
F	Descargas de resíduos sólidos e escorrências agrícolas e de rodovias que atingem a massa de água costeira	-6	-6	-4	-2	-1	-1	-20
F	Descargas na faixa costeira de águas pluviais e águas residuais domésticas e industriais sem tratamento adequado	-6	-6	-4	-2	-1	-2	-21



Mar – Recurso Estratégico		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Qualidade da água e dinâmica costeira</b>								
F	Contaminação originada pelas actividades portuárias, nomeadamente a reparação, manutenção e construção naval	-6	-6	-4	-2	-1	-2	-21
F	Zonas de risco associadas a erosão costeira	-6	-6	-4	-2	-1	-2	-21
<b>Ecosistemas, Conservação da Natureza e Biodiversidade</b>								
P	Localização do maior vale submarino europeu - Canhão da Nazaré	3	3	2	2	1	1	12
P	Presença de importantes elementos naturais (praias, dunas, zonas húmidas, entre outras)	3	3	2	2	0	1	11
P	Grande variedade de espécies piscícolas	3	3	2	2	0	1	11
P	Sistemas dunares bastante complexos, junto à praia do Norte, e na zona dos Salgados, incluídos na REN	3	3	2	0	0	1	9
P	Projecto para a implementação de recifes artificiais que podem contribuir para a recuperação da fauna da zona, aumento das zonas de nursery e possibilitar o aproveitamento em termos de turismo ecológico	3	3	2	2	1	-2	9
P	Espécies de flora nos cordões dunares entre a Nazaré e os Salgados de interesse conservacionista	3	3	0	2	0	1	9
P	Elevado número de espécies RELAPE (Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas e em Perigo de Extinção)	3	3	0	2	0	1	9

Mar – Recurso Estratégico		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Ecosistemas, Conservação da Natureza e Biodiversidade</b>								
P	Condições para a existência de fauna e flora marinhas ricas em espécies	0	3	0	2	0	1	6
P	Existência de um grupo de golfinhos comuns ao largo da Nazaré	0	3	0	2	0	1	6
F	Inexistência de áreas protegidas ou classificadas na Rede Nacional de Áreas Protegidas ou na Rede Natura 2000	0	-3	-2	0	-1	1	-5
F	Estado de conservação ecológico baixo – Degradação de habitats	-3	-6	-4	-2	-1	1	-15
F	Sobreexploração dos recursos vivos na costa da Nazaré com diminuição e desaparecimento de algumas espécies (p.e. corvina, lagosta, safio e polvo)	-3	-6	-4	-2	-1	1	-15
<b>Uso do Solo e Ordenamento do Território</b>								
P	Existência do POOC Alcobaça – Mafra	3	3	2	2	-1	1	10
P	Definição no POOC de zona de recreio náutico	3	3	2	2	-1	1	10
P	Existência de zonas pouco intervencionadas	3	3	2	2	-1	1	10
P	Praia do Norte classificada de Zona de especial valor patrimonial/paisagístico	3	3	2	2	-1	-1	8
P	Sítio da Nazaré e núcleo urbano da Vila junto ao sopé da arriba considerados zona de excepcional valor urbano, patrimonial e paisagístico	3	3	2	2	-1	-1	8
P	Zona dos Salgados considerada área de interesse patrimonial e paisagístico	3	3	2	2	-1	-1	8

Mar – Recurso Estratégico		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
Uso do Solo e Ordenamento do Território								
P	Grande extensão de praias	3	3	2	2	-1	-1	8
P	Praia da Nazaré galardada com Bandeira Azul da Europa	3	3	2	2	-1	-1	8
F	Perigosidade na zona balnear da Praia do Norte	-3	0	-2	-2	-1	0	-8
F	Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste ainda em elaboração	-3	-3	-4	-2	-2	1	-13
F	Poucas infra-estruturas de apoio à praia dos Salgados e perigosidade da zona balnear	-6	0	-4	-2	-1	-1	-14
F	Número elevado de entidades que gerem as zonas costeiras, e deficiente articulação	-3	-6	-4	-2	-2	1	-16
F	Acessos à Praia do Norte desordenados e sobre as arribas	-3	-6	-4	-2	-1	-1	-17

Ambiente		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Caracterização Física e Ambiental do Concelho</b>								
<b>Hidrografia</b>								
P	Densa rede hidrográfica	3	3	0	2	-1	1	8
F	Percentagem de saturação do oxigénio dissolvido na água do rio Alcoa acima do valor máximo admissível	-6	-6	-2	0	-1	-1	-16
F	Água de má qualidade no rio Alcoa, ainda que em melhoria	-6	-6	-4	-2	-1	1	-18
F	ETAR de Alcobaça a funcionar mal	-6	-6	-4	-2	-1	1	-18
F	Atravessamento do rio Areia pela A8 afectando o seu leito de cheia	-6	-6	-4	-2	-1	1	-18
F	Descarga de águas pluviais da plataforma da A8 directamente para as linhas de água	-6	-6	-4	-2	-1	1	-18
F	Descargas de efluentes líquidos de indústrias (cerâmica e madeira) e explorações pecuárias	-6	-6	-4	-2	-1	-1	-20
F	Salinização dos solos	-6	-6	-4	-2	-1	-1	-20
<b>Monte de S. Bartolomeu</b>								
P	Sítio classificado	3	3	0	2	-1	-1	6
<b>Floresta</b>								
P	Povoamentos florestais pouco afectados pelos incêndios	3	3	2	2	-1	1	10
P	Floresta em razoável estado de conservação - limpa e com poucas áreas abandonadas	3	3	0	2	-1	0	7
F	Ocupação florestal maioritariamente de pinheiro bravo	3	-3	0	0	-1	0	-1

Ambiente		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Floresta</b>								
F	Pontos de água desajustados em relação às necessidades	0	-6	-4	-2	-1	-2	-15
F	Número de ocorrências de incêndios florestais a aumentar	-3	-6	-4	-2	-1	-1	-17
F	Abandono da floresta (pequenos proprietários)	-3	-6	-4	-2	-1	-1	-17
<b>Diagnóstico Ambiental</b>								
<b>Abastecimento de água para consumo humano</b>								
P	Sistema de abastecimento de água à totalidade da população	3	3	0	2	-1	-1	6
P	Quase totalidade das amostras de água para consumo conformes	3	3	0	2	-1	-1	6
F	Número reduzido de análises em falta e a diminuir nos últimos anos	-3	-3	-4	-2	-1	-1	-14
F	Consumo de água por habitante superior à média nacional	-3	-6	-4	-2	-1	1	-15
<b>Drenagem e Tratamento de Águas Residuais</b>								
P	Adesão da Nazaré à Águas do Oeste	3	3	0	2	0	-1	7
F	Lamas resultantes da ETAR utilizadas para fertilização de terras	0	0	0	0	-1	-2	-3
F	Sistema de drenagem a servir a quase totalidade da população	-3	-3	-2	-2	-1	-2	-13
F	Descarga da ETAR para o oceano através do emissário submarino	-3	-3	-4	-2	-1	-2	-15
F	ETAR apenas com tratamento primário	-6	-6	-4	-2	-1	-2	-21
F	Maus resultados do efluente à saída da ETAR	-6	-6	-4	-2	-1	-2	-21

Ambiente		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Resíduos</b>								
P	Capacidade de resposta do sistema face ao aumento da população residente no verão	3	3	2	2	-1	-1	8
P	Sistema de recolha em todo o concelho	3	3	0	2	-1	-1	6
P	Realização de campanhas para separação do lixo	3	3	-2	2	0	-1	5
F	Recolha selectiva corresponde a menos de 1% da totalidade de resíduos recolhidos	-3	-6	-4	-2	0	-1	-16
F	Alguns despejos de entulhos da construção civil em zonas não autorizadas	-3	-6	-4	-2	-1	-1	-17
<b>Qualidade do ar</b>								
P	Inexistência de focos de poluição atmosférica significativos	3	3	0	2	0	1	9
F	Inexistência de pistas para ciclistas no interior das localidades	-3	-3	-4	-2	-1	0	-13
F	Não se realizam monitorizações da qualidade do ar	-3	-6	-2	0	-2	-1	-14
<b>Poluição Sonora</b>								
P	Carta de ruído em elaboração	3	3	0	2	-1	-1	6
F	Identificados focos de poluição sonora (trânsito e vida nocturna)	-3	-3	-2	-2	-1	-1	-12
<b>Energia</b>								
P	Existência de torres eólicas no concelho	3	3	0	2	0	1	9

Ambiente		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Energia</b>								
<b>P</b>	Inexistência de entidades grandes consumidoras de energia	3	3	0	2	-1	1	8
<b>P</b>	Consumos de energia por consumidor inferior à média nacional	3	3	0	2	-1	1	8
<b>Receitas e despesas ambientais do Município</b>								
<b>F</b>	Despesas ambientais superiores às receitas	3	-3	-4	2	-1	-2	-5

Economia		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Indicadores de actividade económica</b>								
P	Existência de algumas empresas de média e grande dimensão na cerâmica e construção civil, e de instituições de solidariedade social, relevantes em termos de emprego	3	0	2	2	-1	1	7
P	Existência de Unidades de Inserção na vida Activa (UNIVA)	3	0	0	2	-1	-1	3
F	Câmara Municipal um dos maiores empregadores	0	0	-4	-2	-2	-2	-10
F	Diminuição do emprego industrial sobretudo na cerâmica	-3	0	-4	-4	-1	1	-11
F	Desempregados com baixas habilitações literárias	-3	0	-4	-4	-2	1	-12
F	Falta de empreendedorismo e aversão ao risco	-3	0	-4	-2	-2	-1	-12
F	Grande percentagem de jovens desempregados	-3	0	-4	-4	-1	-1	-13
F	Aumento do número de desempregados inscritos no centro de emprego nos últimos meses	-3	0	-4	-4	-1	-1	-13
F	Preferência pelo trabalho sazonal (no Verão) ligado ao turismo, mesmo em condições de trabalho mais precárias	-3	-3	-4	-4	-2	1	-15
<b>Poder de compra</b>								
P	Poder de compra dos Municípios abaixo do poder de compra médio nacional, mas acima do poder de compra médio das regiões onde se insere (Centro e Oeste)	3	3	0	2	0	1	9



Economia		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Actividades económicas</b>								
P	Tecido microempresarial com capacidades de sobrevivência	3	0	0	2	-1	1	5
P	Forte importância relativa do sector terciário ligado ao turismo de sol e praia	0	0	2	2	-1	-2	1
<b>Agricultura</b>								
P	Existência de explorações com protecção integrada	3	3	2	2	1	1	12
P	Abundância de recursos hídricos (águas superficiais, sub-superficiais e subterrâneas)	3	3	2	2	0	1	11
P	Óptimas condições edafoclimáticas para a produção de culturas hortícolas	3	3	2	2	0	1	11
P	Existência de boas práticas de gestão dos recursos hídricos focada na qualidade da água	3	3	2	2	0	1	11
P	Existência de explorações com tratamento de resíduos	3	3	2	2	0	-2	8
P	Boa localização face aos grandes centros de consumo (Lisboa, Coimbra, Porto)	3	0	2	2	-1	-1	5
F	Fragmentação da propriedade	0	0	-4	0	-1	1	-4
F	Reduzida relação com o mercado de algumas explorações (vinho, azeite, mel...)	0	0	-4	-2	-2	-1	-9
F	Envelhecimento da população activa agrícola	-3	-3	-4	-2	-2	1	-13
F	Baixo nível de instrução da população activa agrícola	-3	-3	-4	-2	-2	1	-13
F	Não existência da prática de agricultura biológica	-3	-6	-4	0	-2	1	-14
F	Baixa qualidade da água de rega (salinização de origem marinha)	0	-6	-4	-2	-1	-2	-15

Economia		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Agricultura</b>								
<b>F</b>	Problemas ambientais no regadio (concentração de nitratos)	-6	-6	-4	-2	-1	1	<b>-18</b>
<b>Pesca</b>								
<b>P</b>	Porto de Pesca (espaço de apoio à pesca e à náutica de recreio) aberto todo o ano	3	0	2	2	0	1	<b>8</b>
<b>P</b>	Aumento da pesca desportiva, respeitando os parâmetros da sustentabilidade	3	0	2	2	-1	1	<b>7</b>
<b>P</b>	Boas condições para a prática de aquicultura na zona do porto da Nazaré	3	-3	2	2	0	1	<b>5</b>
<b>P</b>	Pesca artesanal de espécies com elevado valor comercial	0	0	2	2	-1	1	<b>4</b>
<b>P</b>	Aumento do valor médio e total do pescado na Nazaré	0	0	2	2	-1	1	<b>4</b>
<b>F</b>	Frota pequena	0	3	-4	-4	-1	1	<b>-5</b>
<b>F</b>	Diminuição do nº de pescadores e do nº de embarcações	0	0	-4	-4	-1	1	<b>-8</b>
<b>F</b>	Pesca ilegal do “meixão” (espécie ameaçada, de elevado valor comercial)	-3	-6	-4	-2	-1	1	<b>-15</b>
<b>Indústria transformadora</b>								
<b>P</b>	Empresários interessados em instalarem as suas empresas na Área de Localização Empresarial (ALE)	3	3	2	2	0	0	<b>10</b>
<b>P</b>	Grande importância económica e social da actividade de cerâmica	3	0	2	2	0	1	<b>8</b>
<b>P</b>	Aquisição pela C. M. da Nazaré dos terrenos para a Área de Localização Empresarial (ALE)	3	3	2	2	0	-2	<b>8</b>

Economia		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Indústria transformadora</b>								
F	Fim da laboração da indústria de extracção de minério	3	3	-4	-4	-1	1	-2
F	Actividade de cerâmica com possibilidade de deslocalização	-3	0	-4	-4	-1	1	-11
F	Indústria com elevado consumo de água	-3	-6	-4	0	0	-1	-14
<b>Construção civil</b>								
P	Construção civil gera muito emprego	3	0	2	2	-1	1	7
P	Elevado nº de construções de novas habitações	3	3	2	2	-1	-2	7
<b>Comércio</b>								
P	Comércio local fornece todo o tipo de bens de uso corrente	3	3	2	2	0	1	11
P	Comércio de artesanato muito explorado, ligado às artes e ofícios tradicionais da pesca	0	0	0	2	-1	1	2
F	Comércio nas áreas viradas para o turismo mais aguerrido que o restante comércio tradicional	0	0	-2	-2	0	1	-3
F	Empresários com a escolaridade mínima obrigatória no comércio	0	0	-4	-2	-2	1	-7
<b>Transportes e comunicações</b>								
P	Acesso à Internet em banda larga	3	3	2	2	1	1	12
P	Transportes considerados suficientes e com horários ajustados	3	3	0	2	-1	-1	6
P	Rede telefónica e redes de telemóveis funcionam bem e têm um bom grau de cobertura	3	0	0	2	0	1	6
P	Serviços dos CTT funcionam bem	3	0	0	2	-1	1	5

Economia		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Transportes e comunicações</b>								
P	Transporte escolar garantido até ao ensino secundário	3	0	0	2	-1	-1	3
F	Baixa procura de novos produtos dos CTT (excepto carregamento de telemóveis)	0	0	-2	-2	-1	1	-4
F	Utilização do comboio como meio de transporte em desuso	-3	-3	-4	-2	-1	1	-12
<b>Actividade bancária</b>								
P	Boa adesão aos novos serviços bancários (Multibanco, serviços on-line, seguros, cartão de crédito...)	3	0	0	2	1	1	7
P	Concessão de crédito ao consumo a particulares	3	0	0	2	-1	1	5
P	Clientes com forte propensão ao consumo, sobretudo entre as faixas etárias mais jovens	0	0	0	2	-1	1	2
P	Grande número de pequenos depósitos de particulares	0	0	0	2	-1	1	2
F	Capacidade de investimento concentrada em pequeno número de entidades	0	0	0	-2	-1	1	-2
F	Clientes com forte aversão ao risco (preferência de produtos a prazo sem risco)	3	0	-4	-2	-2	1	-4
F	Saldo negativo das remessas do estrangeiro, devido à forte imigração	0	0	-4	-2	-1	1	-6
F	Concessão de crédito a empresas para utilização imediata (fundo de maneio ou de carácter sazonal para preparação da época balnear)	0	0	-4	-4	-1	1	-8

Economia		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Outros serviços privados</b>								
P	Empresários com habilitações literárias ao nível do ensino secundário e superior nos serviços	3	3	2	2	0	1	11
P	Empresários jovens e de meia idade nos serviços	3	0	0	2	0	1	6
P	Serviços privados de vocação turística com espírito aguerrido e comercialmente agressivo	0	0	0	2	-1	1	2
<b>Associativismo</b>								
P	Associação Comercial, Industrial e de Serviços com possibilidade de criação de parcerias para a formação no local de trabalho	3	3	2	2	0	1	11
P	Associação Comercial, Industrial e de Serviços com forte representatividade da restauração e hotelaria	0	3	2	2	0	1	8
P	Associação de Defesa da Nazaré com capacidade de intervenção	3	3	0	2	-1	1	8
F	Associação dos Inquilinos e Proprietários de Alojamento Particular e Turístico da Nazaré com pouco actividade visível na qualificação e organização deste tipo de alojamento	-3	-3	-2	-4	-1	1	-12
<b>Turismo</b>								
P	Destino balnear consolidado para uma clientela regional (Ribatejo e Oeste)	3	3	2	2	-1	1	10
P	Imagem de destino turístico com forte identidade tradicional associada à pesca	3	3	2	2	-1	1	10

Economia		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
Turismo								
P	Factores regionais de atracção turística: monumentos importantes (Mosteiros da Batalha e Alcobaça); centros religiosos (Fátima); Estâncias termais (Monte Real e Piedade); grutas nas serras calcárias; praias e núcleos balneares	3	3	2	2	-1	1	10
P	Mar movimentado e vivo, extenso areal e praias com diferentes características	3	3	2	2	-1	-1	8
P	Diversidade de equipamentos desportivos, incluindo o porto de recreio	3	3	2	2	-1	-1	8
P	Atractivos associados à paisagem e panoramas do Sítio e da Pederneira	3	3	2	2	-1	-2	7
P	Gastronomia associada ao peixe e marisco	3	0	2	2	-1	1	7
P	Capacidade de acolhimento na hotelaria e no campismo para além das residências secundárias	3	0	2	2	-1	1	7
P	Alojamento de qualidade em Turismo de Habitação, Hotel Rural	3	0	2	2	-1	1	7
P	Oferta numerosa e diversificada no campo da restauração	3	0	2	2	-1	1	7
P	Turista estrangeiro passeia pela região e frequenta a restauração local	3	0	2	2	-1	1	7
P	Afirmação crescente do turismo residencial de fim-de-semana	3	3	0	2	-1	-1	6
P	Sinalética de orientação turística suficiente, bem desenhada e colocada	3	3	0	2	-1	-1	6
P	Animação e vida nocturna	3	0	2	2	-1	-1	5

Economia		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
Turismo								
P	Realização de festividades anuais com poder atractivo (Passagem de ano, Carnaval, Páscoa)	3	0	2	2	-1	-1	5
P	Animação cultural e desportiva incluindo a promoção de eventos nomeadamente fora dos períodos de Verão	3	0	2	2	-1	-1	5
P	Reforço da oferta de alojamento (ampliação de hotel)	0	0	2	2	-1	1	4
P	Tradições culturais associadas à pesca	3	0	0	2	-1	-1	3
P	Existência da marca "Nazaré", com diminuição progressiva do seu impacto	3	0	0	2	-1	-1	3
P	Integração na Região de Turismo Leiria-Fátima	0	0	2	2	-1	-1	2
P	Promoção turística na comunicação social nacional e regional (imprensa e rádio)	0	0	0	2	-1	-1	0
F	Posto de Turismo Municipal aberto todos os dias mas não em horário contínuo	0	0	0	2	-1	-2	-1
F	Recriação parcelar do sentido cénico da vivência da Nazaré (arte xávega)	0	0	0	0	-1	-1	-2
F	Turistas nacionais mais fiéis que os turistas estrangeiros, verificando-se o afastamento gradual destes últimos	0	0	-2	0	-1	-1	-4
F	Turista português recorre pouco aos hotéis e frequenta pouco a restauração local	0	0	-2	-2	-1	1	-4
F	Proliferação da venda ambulante no Verão, em especial na praia e no Sítio	-3	-3	0	2	-1	0	-5

Economia		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
Turismo								
F	Clientela de hotelaria com estadas muito curtas e de nacionalidades pouco diversificadas, que se repetem no campismo	0	0	-4	-2	-1	1	-6
F	Fraca capacidade de acolhimento de grupos grandes de turistas	0	0	-4	-2	-1	1	-6
F	Fraco conhecimento de línguas que se traduz num mau atendimento aos turistas estrangeiros	0	0	-4	-2	-2	1	-7
F	Falta de divulgação turística do Município com uma oferta turística integrada	0	0	-4	-2	-1	-1	-8
F	Poucas actividades de animação turística	-3	0	-4	-2	-1	1	-9
F	Capacidade hoteleira reduzida e de nível médio ou baixo	-3	0	-4	-2	-1	1	-9
F	Grande sazonalidade estival e fortes concentrações de fim-de-semana	-3	-3	-4	-2	-1	1	-12
F	Grande proliferação de unidades no sector da restauração mas de nível médio ou baixo	-6	0	-4	-2	-1	1	-12
F	Emprego no sector turístico de trabalhadores não qualificados para tal	-3	-3	-4	-2	-1	1	-12
F	Fraca diversidade dos roteiros turísticos e escassa divulgação	0	-3	-4	-2	-2	-1	-12
F	Muitos visitantes de passagem, que não pernoitam na Nazaré e que pouco consomem	0	-3	-4	-4	-1	-1	-13
F	Grande oferta paralela de alojamento privado não classificado	-3	-3	-4	-4	-1	1	-14



Economia		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
Turismo								
F	Imagem de destino turístico marcadamente popular e de atracção demasiado regional	-3	-3	-4	-2	-1	-1	<b>-14</b>
F	Insuficiência de equipamentos: ausência de apoios de praia e de equipamentos de lazer de aluguer	-3	-3	-4	-2	-1	-1	<b>-14</b>
F	Existência de situações de campismo selvagem	-6	-6	-4	-2	-1	-1	<b>-20</b>

Sociedade	CRITÉRIOS						TOTAL	
	Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais		
	Ponderação							
	3	3	2	2	1	1		
<b>Demografia</b>								
F	Deslocação da população para os grandes centros urbanos	0	3	-2	-2	-1	1	-1
F	Imigração do Leste europeu e do Brasil, mas insuficiente para compensar a perda de população	0	0	0	-2	-1	1	-2
F	Diminuição da população residente	0	0	-4	-2	-1	1	-6
F	Taxa de crescimento natural negativa	-3	0	-2	-2	-1	1	-7
F	Baixa taxa de natalidade	-3	0	-2	-2	-1	1	-7
F	Elevada densidade populacional	-3	-6	0	2	-1	-2	-10
F	Envelhecimento da população (diminuição das camadas mais jovens)	-3	0	-4	-4	-1	-2	-14
F	Deslocação da população de outras freguesias para a sede de concelho	-3	-3	-4	-2	-1	-2	-15
F	Aumento significativo da população durante determinadas alturas do ano	-3	-3	-4	-2	-1	-2	-15
<b>Ocupação da População</b>								
F	Diminuição da população activa	-3	0	-4	-4	-1	1	-11
F	Taxa de desemprego abaixo da média nacional, mas com tendência a subir	-3	0	-4	-4	-1	1	-11
<b>Equipamentos e Serviços</b>								
P	Boa cobertura de equipamentos e serviços	3	3	2	2	-1	-2	7
P	Serviços de água, saneamento e resíduos sólidos em todas as freguesias	3	3	0	2	-1	-2	5

Sociedade		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Equipamentos e Serviços</b>								
F	Serviços Públicos apenas disponíveis na sede de concelho	0	0	-4	-2	-1	-1	-8
F	Serviço de saneamento e de tratamento de águas residuais não cobre a totalidade dos lugares de cada freguesia	-3	-3	-2	-2	-1	-2	-13
<b>Saúde</b>								
P	Acessos fáceis aos principais hospitais	3	3	-2	2	-1	1	6
P	Existência de Serviço de Atendimento Permanente e Serviço de urgências	3	0	0	2	-1	1	5
P	Extensões de saúde em todas as freguesias	3	0	0	2	-1	1	5
F	Dificuldades nas marcações de consultas para o mesmo dia	-6	0	-2	-4	-1	1	-12
F	Medicina particular só em algumas especialidades	-6	0	-4	-2	-1	1	-12
F	Dificuldade de transferência dos doentes a necessitar de cuidados diferenciados para outras unidades de cuidados de saúde	-6	0	-4	-2	-1	1	-12
F	Elevado número de casos de toxicodependência	-6	0	-4	-2	-1	1	-12
<b>Cultura</b>								
P	Projecto de ampliação do Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso realizado pelo Arq. Siza Vieira	3	0	2	2	0	1	8
P	Património religioso e cultural	3	0	2	2	-1	0	6

Sociedade		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
Cultura								
P	Existência de 2 museus: Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso como temática ligada ao mar e o Museu de Arte Sacra Padre Luís Nesi	3	3	0	2	-1	-1	6
P	Fundação Mário Botas com acervo importante deste pintor	3	0	0	2	0	1	6
P	Eventos religiosos e profanos ligados às festas da Nossa Senhora da Nazaré	3	0	2	2	-1	-1	5
P	Intercâmbio de exposições dos museus locais com outros museus	3	0	0	2	0	-1	4
P	Grande número de colectividades e associações culturais	3	0	0	2	-1	-1	3
P	Dinamismo do Centro Cultural	3	0	0	2	-1	-1	3
P	Adesão às actividades culturais a aumentar mas ainda incipiente	3	0	0	2	-1	-1	3
P	Instalação da companhia de teatro residente no Teatro Chaby Pinheiro	3	0	0	2	0	-2	3
P	Incentivo à prática e ensino da música	3	0	0	2	-1	-1	3
P	Valor do património histórico e arquitectónico e do património construído local	3	0	0	2	-1	-2	2
P	Construção de nova biblioteca que conta com novos espaços de animação	3	0	0	2	-1	-2	2
P	Aposta do Município na cultura	3	0	0	2	-1	-2	2
F	Grande dependência da CM Nazaré por parte das colectividades no apoio logístico e financeiro	0	0	0	-2	-1	-1	-4

Sociedade		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Cultura</b>								
<b>F</b>	Inexistência de Carta arqueológica no Município	0	-3	-2	-2	-2	-2	-11
<b>Desporto</b>								
<b>P</b>	Forte adesão aos torneios de caça	3	3	0	2	-1	1	8
<b>P</b>	Repovoamento das zonas de caça com espécies autóctones	3	3	0	0	0	1	7
<b>P</b>	Organização da Taça da Europa de Patinagem Artística	3	0	0	2	-1	1	5
<b>P</b>	Realização de provas inseridas nos respectivos campeonatos nacionais a atrair adeptos de outros pontos do país	3	0	0	2	-1	0	4
<b>P</b>	Organização de férias desportivas	3	0	0	2	-1	-1	3
<b>P</b>	Aposta da CM Nazaré na desporto para crianças	3	0	0	2	-1	-1	3
<b>P</b>	Existência de várias associações desportivas	3	0	0	2	-1	-1	3
<b>P</b>	Existência de várias infra-estruturas e actividades desportivas ao dispor do munícipe	3	0	0	2	-1	-2	2
<b>Ação Social e Tempos Livres</b>								
<b>P</b>	Confraria da Nossa Senhora da Nazaré com valências em todas as áreas de acção social	3	0	2	2	-1	1	7
<b>P</b>	Serviços de acção social da Confraria da Nossa Senhora da Nazaré modernos e bem equipados	3	0	2	2	-1	1	7
<b>P</b>	Funcionários dos serviços de acção social com boa formação técnica	3	0	0	2	-1	1	5

Sociedade		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Ação Social e Tempos Livres</b>								
P	Todas as freguesias dispõem de apoio domiciliário	3	0	0	2	-1	0	4
P	Criação da Rede Social	3	0	0	2	-1	0	4
P	Protocolos para o ensino especial	3	0	0	2	-1	0	4
P	Prevenção da tóxico-dependência e programas para a reinserção de ex-tóxico-dependentes	3	0	0	2	-1	-1	3
P	Ocupação de tempos livres e forte apoio social para crianças e jovens em risco	3	0	0	2	-1	-2	2
P	Acções de combate à pobreza e de apoio a idosos	3	0	0	2	-1	-2	2
P	Habitação social (a custos controlados) no Município	3	0	0	2	-1	-2	2
F	Casos de pobreza extrema no Município	-6	0	-4	-4	-1	-1	-16
<b>Segurança</b>								
P	Bombeiros locais concedem mais reforço a outras corporações do que solicitam	3	3	0	2	-1	1	8
P	Baixa sinistralidade automóvel e de pouca gravidade	3	3	0	2	-1	1	8
P	Plano de Emergência Municipal actualizado	3	3	0	2	0	-1	7
P	Município bem organizado, com capacidade de resposta a situações de emergência, razoavelmente dotado de equipamento e pessoal de protecção civil	3	3	0	2	0	-1	7
P	Serviço Municipal de Protecção Civil em organização	3	3	0	2	-1	-1	6

Sociedade		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Segurança</b>								
P	Acções de sensibilização para a protecção civil	3	3	0	2	-1	-1	6
P	Levantamento de Riscos do Município actualizado	3	3	0	2	-1	-1	6
P	Capitania com meios de socorro a banhistas e a embarcações	3	3	0	2	-1	-1	6
P	Sentimento geral de segurança local	3	0	0	2	-1	1	5
P	Nº de efectivos da PSP considerado suficiente	3	0	0	2	-1	1	5
P	Corporação de bombeiros equipada com meios suficientes, mas a necessitarem de renovação	3	0	0	2	-1	-1	3
P	Prevenção da PSP diária com patrulhas regulares	3	0	-2	2	-1	1	3
P	Gabinete de atendimento permanente de socorro – 24 horas/dia (apenas telefónico)	3	0	0	2	-1	-1	3
P	Segurança de circulação de peões garantida (passadeiras, lombas e semáforos de controlo de velocidade)	3	0	0	2	-1	-1	3
F	Pequenos crimes contra a sociedade e contra o património mais frequentes na época balnear	0	0	-4	-2	-1	1	-6
F	Prevenção da GNR diária com patrulhas irregulares	-3	0	-2	-2	-1	1	-7
F	Nº de efectivos da GNR considerado insuficiente	-3	0	-2	-2	-1	1	-7
F	Fraca sensibilidade das populações para a disponibilização de recursos próprios para satisfação de necessidades colectivas	-3	-3	-4	-2	-1	1	-12

Sociedade		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Segurança</b>								
<b>F</b>	Existência de situações de prostituição, consumidores de estupefacientes ou grupos de comportamentos de risco (segundo as autoridades locais)	-6	-3	-4	-4	-1	-1	<b>-19</b>
<b>Ambiente urbano</b>								
<b>P</b>	Considerável índice de ocupação dos edifícios dos núcleos históricos	3	3	2	2	-1	1	<b>10</b>
<b>P</b>	Núcleos históricos com diversidade de usos	3	3	2	2	-1	1	<b>10</b>
<b>P</b>	Identidade própria ainda reconhecível	3	3	2	2	-1	1	<b>10</b>
<b>P</b>	Plano Director Municipal em início de processo de revisão	3	3	2	2	1	-2	<b>9</b>
<b>P</b>	Via marginal requalificada	3	3	2	2	-1	-1	<b>8</b>
<b>P</b>	Património edificado bem conservado	3	3	2	2	-1	-1	<b>8</b>
<b>P</b>	Localização urbana / relação com o mar	3	3	2	2	-1	-1	<b>8</b>
<b>P</b>	Existência de áreas de circulação pedonal	3	3	2	2	-1	-1	<b>8</b>
<b>P</b>	Estudo de reordenamento viário em execução	3	3	2	2	-1	-2	<b>7</b>
<b>P</b>	Razoável estado de conservação do edificado dos núcleos históricos	3	3	2	2	-1	-2	<b>7</b>
<b>P</b>	Valorização das vistas panorâmicas	3	3	0	2	-1	-1	<b>6</b>
<b>P</b>	Projecto da Marina em fase de estudo	0	3	2	0	1	-2	<b>4</b>
<b>P</b>	Sector imobiliário sem recessão aparente	0	0	2	0	-1	1	<b>2</b>



Sociedade		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Ambiente urbano</b>								
F	Ocupação tendencialmente sazonal do edificado	-3	-3	-4	-2	-1	1	-12
F	Inexistência de “referências” de edifícios contemporâneos	-3	-3	-4	0	-1	-2	-13
F	Adulteração da imagem dos edifícios dos núcleos históricos	-3	-3	-4	-2	-1	-1	-14
F	Fraca sensibilidade da população na recuperação dos imóveis e valorização do património	-3	-3	-4	-2	-1	-1	-14
F	Sistema de taxas sem incentivos para a recuperação e reabilitação de edifícios	-3	-3	-4	-4	-1	1	-14
F	Necessidade urgente de intervenção de restauro em alguns edifícios e monumentos históricos	-3	-3	-4	-2	-1	-2	-15
F	Tendencial perda de identidade do aglomerado urbano	-3	-3	-4	-2	-1	-2	-15
F	Inexistência de uniformização do mobiliário e equipamento urbano	-3	-3	-4	-2	-1	-2	-15
F	Falta de espaços verdes secundários e de arborização	-3	-3	-4	-2	-1	-2	-15
F	Falta de espaços públicos secundários e “percursos” públicos pedonais	-3	-3	-4	-2	-1	-2	-15
F	Falta de passeios ( Pederneira )	-3	-3	-4	-2	-1	-2	-15
F	Transferência dos residentes para a periferia dos centros urbanos	-3	-3	-4	-2	-1	-2	-15
F	Aumento das necessidades de deslocação e da dependência de meios de transporte motorizados	-3	-3	-4	-2	-1	-2	-15
F	Inexistência de regras básicas para a recuperação dos edifícios das zonas históricas	-3	-3	-4	-4	-1	-1	-16

Sociedade		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Ambiente urbano</b>								
F	Falta de articulação entre a marginal/praias, com a malha urbana	0	-6	-4	-4	-1	-1	-16
F	Inexistência de UOPG relacionando o porto de recreio, a marginal, e o centro urbano	0	-6	-4	-4	-1	-2	-17
F	Sector imobiliário / construção quase exclusivamente vocacionado para novas construções, de uso habitacional	-3	-3	-4	-4	-1	-2	-17
F	Inexistência de zonas de descanso na marginal	-3	-6	-4	-4	-1	-1	-19
F	UOPG's, PP's, PGU's, não executados	-3	-6	-4	-4	-1	-2	-20
F	Desarticulação urbana entre a malha consolidada e as áreas de expansão	-3	-6	-4	-4	-1	-2	-20
F	Congestionamento do trânsito / estacionamento, com forte sazonalidade	-6	-3	-4	-4	-1	-2	-20
F	Fraca qualidade geral da construção e da fiscalização camarária	-6	-6	-4	-4	-1	-1	-22
<b>Governação</b>								
P	Bom relacionamento entre autarcas e população	3	3	2	2	-1	1	10
P	Existência de candidaturas e processos em curso de contratos programa e protocolos de modernização com a Direcção Geral das Autarquias Locais	3	3	2	2	-1	1	10
P	Promoção do Município	3	3	2	2	-1	-1	8

Sociedade		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
Governação								
P	Construção do processo de candidatura da Nazaré a património da humanidade (património imaterial, factores de identidade local intangíveis - tradições, saber-fazer, arte xávega, traje, linguagem, sotaque...)	3	3	2	2	-1	-1	8
P	Notoriedade da Nazaré nos órgãos de comunicação social	3	0	2	2	-1	1	7
P	Forte participação da população nas actividades desenvolvidas pela autarquia	3	3	2	2	-1	-2	7
P	Apoio à educação e ao ensino	3	3	2	2	-1	-2	7
P	Apoio ao associativismo local	3	3	0	2	-1	-1	6
P	Forte actividade da Câmara Municipal em matéria de acção social e tempos livres	3	3	0	2	-1	-2	5
F	Insuficiência de parcerias público-privadas para actividades económicas	0	-3	-4	-2	-2	0	-11
F	Défice de abertura, participação, responsabilização, eficácia e coerência em procedimentos administrativos municipais	-3	-3	-4	-4	-2	-1	-17

Conhecimento e Inovação		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Educação e Formação</b>								
P	Deslocação de alunos para fora do Município para frequência do ensino secundário (alguns agrupamentos) e do ensino superior	3	3	0	2	1	1	10
P	Bibliotecas escolares muito frequentadas	3	3	0	2	1	1	10
P	Criação do FOR.CET - Centro de Formação para Cursos de Especialização Tecnológica no Município - Certificação nível 4	3	3	2	2	1	-1	10
P	Cursos do FOR.CET vocacionados para as tecnologias de informação e comunicação	3	3	2	2	1	-1	10
P	Cursos do FOR.CET vocacionados para o turismo	3	3	2	2	1	-1	10
P	Elevado número de candidatos para os cursos do FOR.CET de vocação turística	3	3	2	2	1	-1	10
P	Escolas profissionais em concelhos vizinhos em várias áreas de formação	3	0	2	2	1	1	9
P	Grande adesão dos alunos às tecnologias de informação e comunicação	3	3	0	2	1	-1	8
P	Algumas actividades extra-curriculares que desenvolvem a apetência pela ciência e pela a experimentação	3	3	0	2	1	-1	8
P	Percentagem elevada de alunos que conclui o ensino secundário (entre 70% e 75% dos inscritos)	3	0	2	2	1	-1	7
P	Percentagem elevada de alunos que depois do ensino secundário seguem para o ensino superior (cerca de 60%)	3	0	2	2	1	-1	7

Conhecimento e Inovação		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Educação e Formação</b>								
<b>P</b>	Elevados níveis de sucesso escolar (entre 75% e 85%) e com cerca de metade dos alunos a atingirem notas de nível médio e bom	3	3	0	2	0	-1	7
<b>P</b>	Cursos de formação profissional na Nazaré	3	0	2	2	1	-1	7
<b>P</b>	Biblioteca Municipal a evoluir para Mediateca, com actividades dinâmicas e constantes ao longo do ano	3	0	2	2	1	-2	6
<b>P</b>	Elevada percentagem de alunos (superior a 80%) que prossegue os estudos para além do ensino básico obrigatório	3	0	0	2	0	-1	4
<b>P</b>	Baixo índice de abandono escolar precoce	3	0	0	2	0	-1	4
<b>P</b>	Dinamismo extra-curricular com actividades de ocupação de tempos livres e clubes de interesses para os alunos	3	0	0	2	0	-1	4
<b>P</b>	Cursos de alfabetização de adultos com resultados satisfatórios	3	0	0	2	0	-1	4
<b>P</b>	Número de estabelecimentos de ensino suficiente para o Município	3	0	0	2	0	-2	3
<b>F</b>	Baixa percentagem de alunos que opta pela frequência de cursos profissionais fora do concelho	-3	-3	-4	-2	-1	1	-12
<b>F</b>	Fracas hipóteses de colocação no mercado de trabalho local após conclusão de estudos	-6	0	-4	-4	-2	-1	-17

Conhecimento e Inovação		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
<b>Sociedade da Informação</b>								
P	Duas das empresas de referência no município, (SPAL - Sociedade de Porcelanas de Alcobaça e a VALBOPAN - Fibras de Madeira), investem regularmente, em inovação de produtos, de processos, de design, de novos materiais e em qualidade	3	3	2	2	1	1	12
P	Utilização de computadores e da Internet generalizada a instituições, empresas e famílias	3	0	2	2	1	1	9
P	Principais associações locais com "site" próprio na Internet	3	0	2	2	1	-1	7
P	Disponibilização do novo Site Oficial do Município em várias línguas e preparado para a instalação e operacionalização de serviços de atendimento on-line	3	0	2	2	1	-1	7
P	Espaços Internet: Centro Comunitário da Nazaré e na CERCINAZARÉ	3	0	0	2	1	-1	5
P	Espaço Internet - Biblioteca Municipal (com 6 computadores)	3	0	0	2	1	-1	5
P	Bibliotecas escolares e municipal informatizadas	3	0	0	2	1	-1	5
P	Biblioteca municipal está a preparar "site" na Internet em que será possível fazer pesquisas na base de dados e requisições on-line	3	0	0	2	1	-1	5
P	Escolas com acesso à Internet disponível aos alunos, mas não ligadas em rede	3	0	-2	2	-1	-1	1
F	Serviços autárquicos com acesso à Internet, mas não ligados em rede	3	0	-4	0	-2	-1	-4

Conhecimento e Inovação		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	2	2	1	1	
Sociedade da Informação								
F	Baixo grau de inovação para a generalidade das actividades de produção de bens ou prestação e serviços, tanto por parte das empresas como das instituições públicas e privadas	0	0	0	-2	-1	-1	-4
F	Os dois casos de excelência em matéria de inovação existentes no concelho - SPAL e VALBOPAN - não têm causado efeito disseminador	-3	-3	-4	-2	-2	1	-13

No conjunto dos recursos e actividades existentes, esta análise meramente quantitativa deverá ser ponderada pelo bom senso, ficando assim amplamente valorizada. Assim, poderão existir factores merecedores de especial atenção (independentemente da sua valoração), o que exige do Município opções de actuação que, podendo não ser prioritárias, deverão ser imediatas pelos impactes significativos que operam na sociedade.

A escassez de recursos humanos e financeiros suscita o problema da escolha das áreas de intervenção mais imediata e, por essa via, do custo de oportunidade de cada opção. Escolher uma acção implica forçosamente deixar de executar uma série de outras acções, por vezes igualmente importantes, mas com menor visibilidade, ou com custos diferenciados ou ainda com impactes menores.

É de salientar que, independentemente do grau de imediatismo de cada acção, ao Município cabe informar e mobilizar os agentes privados para iniciativas de

desenvolvimento sustentável e constituir-se como instrumento facilitador da actividade das empresas, das instituições e dos agentes, independentemente da sua natureza.



# 4

Agenda **21** Local  
Município da  
Nazaré



## VISÃO E OBJECTIVOS OPERACIONAIS

*ipi*

Instituto de Planeamento e Informação, Lda.

## 4. Visão e objectivos operacionais

O desenvolvimento sustentável é um processo dinâmico e de melhoria contínua, cujo quadro de referência é constituído pela visão e pelos objectivos operacionais.

O futuro é, necessariamente, plural e, por isso, implica escolhas. A visão deve corresponder a uma escolha entre possibilidades de futuro, radicando no contexto concreto dos recursos, potencialidades e fragilidades do Município.

A visão que se propõe para o futuro do Município da Nazaré é

### UM FUTURO SUSTENTÁVEL, VALORIZANDO O MAR COMO FACTOR DE IDENTIDADE, IMAGEM E ESPECIALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO.

Numa perspectiva local, o Mar é indubitavelmente o mais importante recurso natural da Nazaré. Dele vive a comunidade de pescadores do concelho, nele assenta a indústria turística local, nele radicam a cultura e as tradições da Vila da Nazaré e nele o Município encontra a sua marca identitária.

O Mar, como activo crítico do desenvolvimento sustentável, é um factor ambiental por excelência que na Nazaré está pleno de desafios e oportunidades à espera de serem aproveitados: aquacultura; construção e reparação naval; turismo, lazer e cultura, incluindo o património cultural subaquático; ciência e tecnologia.

Para além disso, o Mar tem ainda uma dimensão que não é captada pelos indicadores económicos convencionais, consubstanciada no valor dos serviços prestados à



sociedade, os quais, embora não sejam objecto de transacção de mercado, podem ter um impacto significativo sobre o bem-estar da comunidade (por exemplo, as actividades de recreio, como ir à praia, o valor do cenário que a costa oferece...)

A valorização do Mar, enquanto principal activo físico e sócio-cultural da Nazaré, pressupõe que o Município assuma, colectiva e institucionalmente, a relevância das suas potencialidades económicas e sociais e o integre transversalmente em todas as actividades, promovendo oportunidades diversificadas de novos usos do futuro, em níveis saudáveis e sustentáveis. Para tanto, importa que as autoridades públicas do Município, enquanto plataforma de conexões e de facilitação do desenvolvimento, estimulem a criação e actuação de parcerias entre os diversos agentes económicos, sociais e culturais do concelho, públicos, privados e associativos, se liguem activamente, de preferência em parcerias com municípios com características análogas, à implementação da Estratégia Nacional dos Oceanos e participem, a nível europeu, nomeadamente através do Comité das Regiões, na discussão das propostas apresentadas no Livro Verde da Comissão Europeia «Para uma futura política marítima da União: Uma visão europeia para os oceanos e os mares» [Bruxelas, 7/06/2006, COM 2006 (final)].

Tendo presente a importância estratégica do Mar como recurso natural mais valioso, intrinsecamente ligado ao desenvolvimento económico, social e cultural da Nazaré e a relevância dos ambientes marinhos e costeiros no contexto nacional, regional e local, a componente Mar foi objecto de particular atenção no seio da Agenda 21 Local da Nazaré, tendo em vista reflectir a relação estreita entre o mar e todas as actividades socio-económicas do Município, bem como identificar estratégias de mudança e respectivas medidas operacionais.

Esta avaliação interdisciplinar e multidisciplinar demonstrou que o Mar é uma presença real, frequentemente explícita, muitas vezes implícita e por vezes por antinomia, no desenvolvimento identitário do concelho, assumindo carácter marcadamente transversal.

Neste contexto de inequívoca transversalidade entendeu-se que a operacionalidade do programa de gestão do desenvolvimento sustentável, em que se traduz esta fase do processo da Agenda 21 Local da Nazaré, seria beneficiada se o Mar não constituísse

um objectivo operacional autónomo, mas plasmasse de forma expressa todos os objectivos operacionais que se propõem.

Os objectivos operacionais estruturados a partir da visão enunciada são os seguintes:

1. Valorizar e qualificar o ambiente;
2. Recuperar a identidade urbana;
3. Assegurar um futuro turístico para a Vila e para o Concelho;
4. Sustentar a diversidade da base económica do concelho;
5. Informar, qualificar, mudar.

A gradual concretização destes objectivos operacionais vai implicar, necessariamente, a sua evolução para níveis superiores de exigência e, conseqüentemente, a reformulação, em patamares mais ambiciosos, da visão para o futuro do Município.

A visão e os objectivos operacionais radicam na realidade actual e concreta do concelho e na priorização das necessidades de

*Importa que a visão seja partilhada pelas pessoas, instituições e empresas do concelho, de forma a forjar um compromisso duradouro (...) entendido como portador de benefícios colectivos e individuais.*

intervenção que foi efectuada. Representam o percurso de desenvolvimento sustentável que se entendeu como possível, adequado e consistente com essa realidade.

No quadro de referência constituído pela visão e pelos objectivos operacionais, o programa de gestão do desenvolvimento sustentável compreende um conjunto de planos de acção que visam a sua concretização (ver volume Planos de Acção). Os planos de acção propostos não são exaustivos e foram seleccionados de acordo com o que se entendeu serem as necessidades de actuação prioritárias. Os planos

integram um conjunto de projectos conexos e incluem necessariamente os procedimentos que resultam de obrigações legais.

Importa que a visão seja partilhada pelas pessoas, instituições e empresas do concelho, de forma a forjar um compromisso duradouro e inspirar e encorajar a respectiva actividade, empenhando-as a todas num percurso comum, entendido como portador de benefícios colectivos e individuais.

A liderança, a mobilização, a perseverança e, sobretudo, a vontade são os elementos essenciais e indispensáveis para a concretização da opção de futuro escolhida.

## 1. Objectivo operacional: Valorizar e qualificar o ambiente

A gestão ambiental em níveis de qualidade implica desenvolver uma política de ordenamento do território que considere a paisagem, os recursos naturais e a protecção e aumento da biodiversidade como elemento estruturante dos objectivos operacionais de desenvolvimento sustentável. Implica, também, a aplicação das estratégias temáticas orientadas para prioridades ambientais específicas, por exemplo, o solo, a qualidade do ar, os recursos hídricos, o meio urbano e a reciclagem de resíduos.

A qualificação do ambiente supõe, assim, uma gestão adequada e integrada dos recursos existentes, tendo em vista salvaguardar a integridade do ecossistema no médio e longo prazo, assentando a sua moldura de execução no empenhamento e compromisso dos membros da comunidade e assumindo a Câmara Municipal e demais entidades públicas do concelho um papel fundamental de liderança;



O concelho da Nazaré apresenta um potencial elevado face à biodiversidade e aos valores naturais existentes, quer no meio aquático, quer nas áreas adjacentes, como os sistemas dunares, as arribas, as zonas húmidas, entre outros. A adopção de medidas de protecção e monitorização ambiental, tendo em conta as actividades

económicas actuais e futuras, designadamente, o turismo ecológico, visa não só a promoção da qualidade do ambiente, como a conciliação das actividades humanas e da preservação e gestão ambiental.

Na valorização e qualificação do ambiente, incluindo a educação ambiental, para além dos cuidados a ter com a água, os resíduos, os solos, o ruído, a energia utilizada, bem como com a natureza e a ecologia, o Mar merece especial destaque.

A valorização do Mar como recurso supõe uma governação sustentável, numa perspectiva integrada, inter-sectorial, multidisciplinar e abrangente, que vise conservar um meio marinho saudável, mantendo a quantidade e a diversidade das formas de vida que ele encerra, incluindo as unidades populacionais de peixes. A redução acelerada da biodiversidade marinha devido, nomeadamente, à poluição, ao impacte das alterações climáticas e à sobrepesca é um sinal de alarme que não pode ser ignorado. É necessário, pois, por parte de todos os decisores e intervenientes, uma compreensão mútua e uma visão comum das diferentes políticas e actuações com impacto no Mar, incluindo, nomeadamente, a pesca, a gestão integrada da zona costeira, a exploração de novas energias, o turismo.

O envolvimento efectivo da comunidade na gestão do ambiente pressupõe uma educação ambiental a desenvolver junto dos cidadãos, usando para o efeito a educação formal e não formal. Neste sentido, deve considerar o ambiente na sua totalidade – natural e criado pelo homem, ecológico, económico, social, legislativo, cultural e estético –, ser um processo de aprendizagem ao longo da vida e adoptar métodos interdisciplinares, que enfatizem a participação activa na prevenção e solução de problemas ambientais. Esta consciencialização e sensibilização para as questões ambientais traduzem-se na valorização do ambiente.

## 2. Objectivo operacional: Recuperar a identidade urbana

A aplicação dos princípios de desenvolvimento sustentável ao planeamento, projecto e construção de edifícios e infra-estruturas é um processo que visa restaurar e manter a harmonia entre o ambiente natural e o ambiente construído, criando, ao mesmo tempo, aglomerados urbanos que reforcem a dignidade humana e a qualidade de vida,

promovam a saúde e bem-estar, gerem riqueza e qualidade visual, apostando nas acessibilidades e na implantação de espaços práticos e flexíveis.

Tudo isto sem esquecer que, na Nazaré, a identidade urbana está intrinsecamente ligada ao Mar, pela positiva ou pela negativa, continuando à espera de uma reconstrução conciliada e pacificada de imaginários.

As ligações com os transportes, segurança, educação, saúde e entretenimento são questões que, neste contexto, merecem obrigatoriamente destaque na definição de políticas de ordenamento e gestão do território, e na execução de projectos.

Importa ter presente que o desenvolvimento das zonas costeiras acarreta inevitavelmente pressões sobre o espaço e o ambiente e, por isso, planejar o desenvolvimento é, sobretudo, avaliar o impacto na qualidade de vida da comunidade, a fim de obter um resultado sustentável.

Neste contexto, é essencial proteger e valorizar a originalidade da zona litoral da Nazaré, em especial da Vila, organizando e qualificando o espaço. É cada vez mais premente a necessidade de desenvolver uma nova política habitacional para as áreas urbanas do Município, que permita a requalificação das periferias, das zonas degradadas, a reabilitação do parque urbano, recuperando o conceito de “centro” como pólo aglutinador de serviços e usos diversos. (vd. Carta Europeia do Litoral, CRPM, 1981).

A reabilitação urbana terá, neste particular, um importante papel a desempenhar, podendo servir como alavanca para atingir alguns dos objectivos enunciados. Objectivos que passam, essencialmente, pela melhor qualidade de vida que nos possamos oferecer, exigindo, nessa medida, atitudes cada vez mais racionais, que não desvalorizem a riqueza natural e construída, e muito menos desbaratem as qualidades e identidade própria dos aglomerados.

O pouco empenho e sensibilidade demonstrada pelos agentes intervenientes neste processo, acompanhado por um relativo desinteresse da sociedade em geral, foram adiando a introdução destas práticas, tendo-se assistido ao contínuo alargamento das periferias com o



consequente alastramento das infra-estruturas, que são quase sempre menos valias para os locais onde se erguem, e ao alastramento desmesurado de tipologias e morfologias arquitectónicas que em nada exemplificam as reais características do Município e dos seus habitantes.

### 3. Objectivo operacional: Assegurar um futuro turístico para a Vila e para o Concelho

O turismo corresponde a uma prática que se democratiza e massifica nas sociedades ocidentais e que nos destinos se revela transversal a muitas actividades. Funciona como um importante motor do desenvolvimento económico e da criação de empregos, directos e indirectos: consumos de bens e de serviços, remunerados com proveitos originados nas áreas de proveniência dos turistas, na estreita dependência das suas disponibilidades monetárias, apetências consumistas, modos de viver as férias, práticas de lazer, duração das permanências e formas de alojamento utilizadas.

Ao mesmo tempo que o turismo se massifica, os comportamentos das procuras tornam-se mais diversificados e incertos: os turistas de hoje são cada vez mais infieis aos hábitos de férias e aos destinos, pela conjugação de novas motivações, valores, mobilidades e oportunidades de ofertas concorrenciais. Por outro lado, os turistas de hoje, e mais ainda os de amanhã, apresentam padrões de exigência crescentes, na medida em que acumulam conhecimentos e experiências de férias múltiplas e variadas.

Importa salvaguardar um futuro para o turismo da Nazaré, numa altura em que os sectores tradicionais da base económica municipal se fragilizam e mesmo sucumbem, atraindo outras clientelas, com outras motivações, outros níveis económicos e outros padrões de consumo, reduzindo a sazonalidade, diminuindo os congestionamentos de fim de semana e estivais, alargando as taxas de ocupação dos equipamentos, aumentando a duração das permanências e densificando os seus efeitos positivos na economia e sociedade locais.



Esta intervenção deve assentar no desenvolvimento de uma ligação genuína entre a indústria do turismo e o Mar, concebendo e desenvolvendo produtos turísticos complementares, abrangendo nomeadamente a náutica de recreio, as actividades marítimo-turísticas e as actividades de lazer ligadas ao Mar. A diversificação dos produtos e serviços turísticos, oferecendo aos turistas a oportunidade de desfrutarem de locais de interesse cultural e natural situados no litoral ou no hinterland rural ou urbano, bem como de uma variedade de atracções ligadas ao mar (observação dos mamíferos marinhos, mergulho e arqueologia subaquática, actividades desportivas) apresenta inúmeras vantagens, designadamente menor pressão nas praias, fontes alternativas de rendimento para antigos pescadores e criação de novas actividades destinadas a apoiar a preservação e o desenvolvimento do património local. É, também, um factor de prolongamento da estação turística, gerando mais crescimento e emprego e reduzindo o impacto ambiental, económico e social decorrente da concentração do turismo num pequeno número de meses do ano.

A Nazaré pode contar, para a sua afirmação regional e nacional como destino turístico, com uma grande melhoria das acessibilidades externas, com destaque para a A8, com o nó de acesso em Valado dos Frades, e suas ligações à A1 e IP6, também em auto-estrada e ligando à Lezíria do Tejo, origem tradicional de grande



parte da sua clientela turística, sem esquecer o IC9, assegurando ligações a Fátima e Tomar e facilitando o excursionismo de motivações fortemente religiosas e culturais.

No entanto, e não obstante as novas acessibilidades externas, o processo de sustentabilidade futura do turismo adivinha-se difícil, perante as tendências de estagnação dos rendimentos familiares e de aumento dos preços dos combustíveis, os quais terão inevitavelmente impactos significativos em destinos muito dependentes da mobilidade das famílias com automóvel e de visitantes estrangeiros recorrendo ao aluguer de automóvel sem condutor junto das empresas de rent-a-car; um pouco menos no que concerne aos fluxos turísticos distantes e organizados, segundo pacotes e grupos, por operadores e com recurso a alojamento hoteleiro, e sobretudo ao excursionismo.

Para assegurar um futuro sustentável para o turismo da Nazaré torna-se fundamental intervir segundo vários eixos:

- ☑ A qualificação do destino, que passa nomeadamente pelo reforço da capacidade da oferta hoteleira de nível superior, assim como do conjunto dos equipamentos receptivos; e também pelo reforço da qualidade da restauração; mas passa de igual modo pela hospitalidade, uma hospitalidade não subserviente mas profissional, na qual os jovens terão um importante papel a desempenhar.
- ☑ A redução da oferta de camas paralelas – que ultrapassa em muito a oferta oficial de camas da hotelaria – corresponde, na verdade, a outra exigência da qualificação do destino, mesmo admitindo que vai continuar a oferta do alojamento particular. De qualquer modo, é de esperar que a médio prazo este segmento tradicional da procura se vá reduzindo, na medida em que as novas gerações de turistas valorizam a qualidade integral das estadas e experiências turísticas, em que se releva a privacidade pessoal, da família ou do grupo de férias, privacidade também ela cada vez mais valorizada pelas novas famílias nazarenas. De imediato, importa o controlo, normalização (normas locais, de aplicação rápida, mesmo imediata) e regularização da oferta paralela de alojamento turístico.
- ☑ A secundarização do turismo residencial, não sendo mais privilegiadas as residências secundárias face ao alojamento hoteleiro, o que se deve traduzir na paragem da sua expansão, quando já são muito elevados os valores absolutos e relativos de alojamentos não ocupados com permanência e responsáveis pela extensão das áreas construídas e das necessárias infra-estruturas.
- ☑ A atenuação da sazonalidade dos afluxos turísticos, que passa pela promoção de turismos com motivações várias, sobretudo dos que sejam capazes de polarizar fluxos extra-regionais e não estivais, e que encontram suporte na diversidade dos recursos e dos produtos turísticos do concelho: culturais, patrimoniais, desportivos, como o mergulho, o surf, a vela, etc., ou de eventos, etc. A eficiência desta estratégia de diversificação aconselha a

estruturar uma oferta de produtos turísticos em colar que se potencializem mutuamente e se sucedam ao longo do ano. Só a diversificação da oferta de atractivos e de práticas pode assegurar a necessária diversificação de clientelas turísticas.

- ☑ Por outro lado, importa reforçar e renovar a promoção do destino, utilizando novos canais de informação da oferta turística local, de alojamento, equipamentos de lazer e actividades de animação, nomeadamente com recurso às novas tecnologias, transmitindo uma imagem renovada, moderna e dinâmica, oferecendo produtos turísticos compósitos e integrados, de modo a alcançar e captar clientelas mais jovens, com procuras de lazer mais diversificadas e desse modo menos sazonais e com maiores impactos positivos no destino, e fidelizando novas clientelas, directa ou indirectamente, pela sua satisfação quanto às experiências vividas.
- ☑ Porque o futuro turístico da Nazaré diz respeito sobretudo aos nazarenos e deve ser construído essencialmente por eles, importa dar a conhecer-lhes as mudanças observadas nos últimos decénios nas procuras turísticas, regionais, nacionais e externas, as mudanças expectáveis a curto, médio e longo prazo, assim como as novas concorrências e condições de competitividade. Importa, por outro lado, preparar profissionalmente os actuais e potenciais empresários e trabalhadores para o bom desempenho das suas profissões, em actividades directa e mesmo indirectamente associadas ao(s) turismo(s) da Nazaré, na certeza de que o futuro será bem mais exigente do que o presente e sobretudo do que o passado, mesmo considerando apenas o passado próximo.

## 5. Objectivo operacional: Sustentar a diversidade da base económica do concelho

A composição da actividade económica do município da Nazaré está longe de se esgotar no turismo de sol e praia. Trata-se, ao invés, de um município que conta com

uma actividade económica bastante diversificada, onde a pesca detém alguma representatividade e as actividades agrícola e florestal por um lado, e as actividades industriais, sobretudo as ligadas às indústrias da porcelana e faiança e das madeiras, desempenham papéis não negligenciáveis em termos de criação de emprego e de riqueza.

A base económica de cada uma das freguesias do município é bastante distinta. A economia da freguesia da Nazaré está essencialmente apoiada nas actividades directa e indirectamente relacionadas com o turismo. Já nas freguesias do Valado dos Frades e de Famalicão as actividades ligadas à agricultura, à floresta e à indústria, com especial destaque para a indústria da porcelana e faiança e das madeiras, assumem uma importância relevante na economia.

O desenvolvimento sustentável de uma região deve assentar numa estrutura económica diversificada, a qual deve tirar proveito, de forma sustentável, dos recursos humanos, naturais e de conhecimento de que dispõe e com isso ser capaz de oferecer produtos e serviços de qualidade, diferenciados, inovadores e valorizados por uma clientela progressivamente mais exigente e sofisticada.

Importa, assim, promover a sustentação da diversidade da base económica do município, estimulando o desenvolvimento de actividades que, a par do turismo e em articulação com ele, assegurem a criação de riqueza e de emprego de forma sustentada e sustentável.

A agricultura do Concelho, ainda que muito marcada pelas ineficiências decorrentes da sua estrutura fundiária e empresarial, possui inegáveis potencialidades de desenvolvimento. A sua favorável localização em relação aos principais mercados de consumo oferece condições únicas para desenvolver uma agricultura competitiva e moderna, capaz de explorar as oportunidades que uma correcta inserção no mercado pode proporcionar. As óptimas condições edafo-climáticas para a produção horto-frutícola e a abundância de recursos hídricos, associada a uma herança de boas práticas de uso dos recursos que a região conserva ainda, constituem igualmente pontos fortes a valorizar no processo de



modernização das infraestruturas e dos sistemas de produção e comercialização agrícola que, a par do rejuvenescimento empresarial e de uma mais forte ligação ao mercado, é a chave para consolidar esta actividade económica nas zonas tradicionalmente agrícolas do município.

Relativamente aos importantes recursos florestais do concelho, a sua protecção e gestão sustentável – assentes numa silvicultura multifuncional, capaz de satisfazer as necessidades presentes e futuras da comunidade e de apoiar modos de vida ligados à floresta –, permitirão tirar partido dos inúmeros benefícios que a floresta pode proporcionar quando explorada de forma sustentável. Abrangida pelo Plano Regional de Ordenamento Florestal do Oeste, a floresta do Concelho é dotada de um alto potencial produtivo e desempenha também importantes funções de protecção, de conservação e de recreio e lazer. Além disso, o peso e a tradição da actividade cinegética na região conferem à floresta um relevante papel na consolidação de tradições e valores culturais, nomeadamente gastronómicos.

Entre as indústrias com importância económica no município existem alguns casos de referência a nível nacional – SPAL e VALBOPAN –, tanto em termos de inovação, como de investigação e desenvolvimento e ainda de acumulação de “know-how” específico à actividade, cuja manutenção a nível regional importa assegurar e, em simultâneo, estimular a sua disseminação.

A promoção e o desenvolvimento dos sectores económicos ligados directamente ao Mar, com vista à sua contribuição para o crescimento económico e do emprego, incluindo a pesca e a aquacultura, a construção e a reparação naval, e os recursos energéticos devem ser objecto de uma exploração sustentável e em parceria com as políticas de ambiente. No conjunto destas actividades, o sector da pesca merece destaque.

Com efeito, desde logo no contexto das actividades de lazer, existe uma relação importante entre a pesca à linha e o sector da pesca. A Aliança Europeia dos Pescadores à Linha afirma que, segundo as estimativas, há na Europa 8 a 10 milhões de pessoas que exercem a pesca à linha de recreio no mar, a que está associada uma indústria que representa entre 8 e 10 mil milhões de euros. Por outro lado, não existem dúvidas quanto ao facto do valor de um peixe capturado à linha por um

pescador ser superior, para a economia costeira, ao do mesmo peixe pescado para fins comerciais por um navio de pesca.



Na Nazaré conjugam-se vários factores que podem contribuir para um desenvolvimento selectivo e altamente rentável da indústria da pesca, beneficiando do apoio do Plano Estratégico Nacional para a Pesca 2007-2013 (PEN PESCA): existência de mercado local (peso do sector turístico) com elevado consumo de pescado, o que sustenta uma captura largamente destinada ao consumo humano no imediato; boas aptidões e capacidade dos profissionais adquiridas pela experiência, dominando técnicas tradicionais e artesanais para mercados de qualidade; existência de recursos diversificados e com valor comercial; existência de porto de pesca e de abrigo. Complementarmente, existem condições naturais para o desenvolvimento da aquacultura.

## 6. Objectivo operacional: Informar, qualificar, mudar

As comunidades, em certos momentos da sua história, sentem necessidade de se repensarem e interferirem na perspectiva de futuro, definindo estratégias que lhes permitam alterar os cenários antecipados, de forma a, tendo em conta os seus valores, meios e oportunidades, implementarem as melhores decisões.

Na sociedade do conhecimento em que vivemos o recurso-chave e um dos principais meios de produção é, precisamente, o conhecimento e a capacidade de transformar a informação em conhecimento. É através dele, apoiado nos novos meios tecnológicos, que o mundo se aproxima e, simultaneamente, se diferencia, valorizando, crescentemente, a dimensão local, numa combinação do «espaço dos lugares» com o «espaço dos fluxos globais», sustentada em redes de informação e conhecimento.

Num mundo de grande incerteza, como o actual, a forma mais efectiva de gerir a mudança com sucesso é criá-la, assumindo-a não como uma ameaça, mas como uma oportunidade. Para isso, é indispensável deter continuamente informação actualizada, saber transformá-la em conhecimento e concretizar esse conhecimento em qualificações que criem a mudança.

Mudar implica:

- ☑ Transformar a informação em conhecimento;
- ☑ Concretizar o conhecimento em qualificações capazes de sustentar a melhoria do nível e das condições de vida;
- ☑ Incorporar a tradição e a identidade perspectivadas com consciência crítica na riqueza dos seus conteúdos.

O actual contexto do Município da Nazaré exige uma aposta decisiva e exigente na inovação, na qualidade e na qualificação dos recursos humanos.

A inovação baseia-se na melhoria contínua dos processos e implica não só a necessidade de aumentar o conhecimento individual das pessoas, mas também o desenvolvimento do conhecimento colectivo. O que significa que a inovação nem sempre significa «alta tecnologia», mas antes a incorporação de novos conhecimentos e o desenvolvimento de novos produtos e processos, designadamente nos sectores de actividade tradicionais. É precisamente neste sentido que na Nazaré deve ser orientada a inovação, como instrumento para assegurar a continuidade da presença e da actividade das famílias, dos jovens e das empresas nos sectores económicos tradicionais: pesca e actividades ligadas ao mar, turismo, produção agrícola (ver Linhas de Acção nos Planos de Acção dos Objectivos Operacionais). Para tanto, há que promover uma cultura de exigência da qualidade, de aprendizagem permanente, de fomento da participação e de criatividade.

A aposta na qualidade implica que se produzam melhores produtos e que se prestem melhores serviços, o que supõe a qualificação do trabalho. A promoção da qualidade do trabalho, visando melhores empregos, é, sobretudo, um instrumento para estimular a atractividade do trabalho. Só assim poderá ser assegurada a transição efectiva dos jovens para a vida activa, a absorção de desempregados e a mobilidade entre sectores, através do aumento da produtividade e do acréscimo dos padrões de qualidade de vida.

Essencial à inovação e à qualidade é a qualificação dos recursos humanos, importando actuar não só nos mais jovens, mas também procurando meios de promover a

competência e a competitividade dos menos jovens, apostando na aprendizagem ao longo da vida.

A aprendizagem ao longo da vida ligada ao trabalho e à gestão do conhecimento propicia recursos humanos detentores de um leque de competências sempre renovado, suscitando novas capacidades nas pessoas e nos grupos a favor das empresas de todos os sectores. Entenda-se aqui aprendizagem ao longo da vida não só na vertente temporal, como em todos os domínios da vida – ou seja, nos contextos formais, não formais ou informais –, como ainda na apropriação do processo pela sociedade – aprendizagem ao longo da vida que permite a cada um de nós intervir na sociedade a nível individual, profissional e cultural. E, neste contexto, a formação deve, sobretudo, qualificar para saber como aprender, isto é, deve formar a capacidade de absorver e aplicar novas informações em novos contextos, de fazer face à mudança e à crescente complexidade da sociedade, de vontade para se desenvolver de uma maneira pessoal.

Numa estratégia de desenvolvimento sustentável, a governação e a dinâmica de inovação social são também factores cruciais, constituindo um estímulo poderoso do potencial de desenvolvimento local. A governação, isto é, o modo (conjunto de regras, processos e práticas) como a sociedade, colectivamente, resolve os seus problemas e satisfaz as suas necessidades, constitui o núcleo essencial para conciliar a prosperidade económica, a coesão social e a qualidade do ambiente. A denominada «boa governação» baseia-se em cinco princípios essenciais – abertura, participação, responsabilização, eficácia e coerência –, que apelam simultaneamente às instituições públicas e privadas, às empresas, à sociedade civil e aos cidadãos individualmente considerados. A valorização do património cultural que o Mar representa para a Nazaré, incluindo o património cultural subaquático, o estabelecimento de uma relação criadora e criativa com o Mar e a difusão de uma ética de protecção ambiental em torno do Mar são algumas das iniciativas de governação e inovação social que podem afirmar a Nazaré no futuro.

A densidade e a riqueza do presente e o significado do futuro de uma comunidade são herança da riqueza de uma tradição, assumida como espaço comum de pertença. Só tem presente e futuro, quem tem passado.



5

Agenda 21 Local  
Município da  
Nazaré



## PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

*ipi*

Investigação, Planeamento e Intervenção Social

## 5. Participação da comunidade

O aspecto crítico no processo de desenvolvimento sustentável é a implementação da mudança, o que requer comunicação, compromisso, disseminação e partilha de resultados, bem como avaliação da eficácia da mudança.

Assim, no âmbito da concepção, estruturação, definição, implementação e avaliação da Agenda 21 é indispensável a criação de condições que assegurem que toda a população fique devidamente representada, para poder exprimir opiniões, discutir valores, trocar informação, argumentar sobre necessidades e prioridades, ou seja, participar e cooperar efectivamente.

É neste sentido que se propõe a criação de um Fórum de Desenvolvimento Sustentável, apontando-se desde já algumas orientações que se entende serem uma contribuição para instituir este pilar fundamental do edifício da Agenda 21 Local.

### 5.1. Missão

O Fórum de Desenvolvimento Sustentável é a instância fundamental através da qual se opera a participação da comunidade na validação, implementação, acompanhamento e avaliação da Agenda 21 Local.



### 5.2. Fases Importantes

#### A – Criação do fórum

- O fórum deve ser criado no início deste processo para que todos se sintam comprometidos;
- O fórum deve ser criado de forma autónoma, espontânea e voluntária.
- O fórum deve ser completamente independente, designadamente das autoridades públicas locais, admitindo-se que na fase inicial de arranque a

autarquia possa dar um impulso para a sua criação, providenciando meios humanos e instalações; serviços (correio, secretariado) e informação (meios de a produzir e divulgar), suporte financeiro; etc.

## B – Objectivos

É fundamental que os objectivos sejam definidos de forma clara e sem ambiguidades, para que todos saibam para que serve, o que se discute e o que se pretende. Deve haver portanto um “mandato” para o fórum que será o seu objectivo, ou seja, a razão da sua existência. Esse mandato deve ser proposto para aprovação formal na primeira reunião plenária do Fórum.

Na definição do objectivo deve ter-se em atenção que se trata de um mecanismo e de um espaço de envolvimento de toda a comunidade local, no qual:

- sejam expostas todas as necessidades e aspirações;
- sejam discutidas as prioridades de desenvolvimento;
- sejam discutidas as propostas concretas que sejam uma contribuição para a Agenda 21;
- seja promovida uma cooperação aos mais diversos níveis;
- seja acompanhada a evolução da Agenda 21 o que será mais proveitoso se o Fórum for envolvido desde o início da sua dinâmica.

Para a concretização dos objectivos do Fórum é imprescindível haver consenso no sentido de que o Fórum é

- independente (não depende directamente de qualquer entidade ou instituição);
- autónomo (contribui directamente com sugestões);
- consultivo (não toma decisões);
- universal (todos podem participar);
- voluntário (a participação e o trabalho).

## C – Composição e Constituição

O Fórum deve envolver todos os cidadãos individualmente ou enquanto organizações ou agrupamentos existentes, abrangendo todos os sectores. É necessário seleccionar os membros a convidar mas, todo o cuidado é pouco, para não limitar ou impedir qualquer participação. Portanto, numa primeira abordagem deverão ser todos convidados para se ter uma ideia de “dimensão”:

- Todos os cidadãos
- Todos os grupos da mais diversa índole.

Obviamente que desta forma se chega à conclusão que o grupo é grande e, portanto, passar-se-á a uma fase em que a escolha dos membros é feita pela sua representatividade em relação aos diversos grupos de interesse e sectores constituídos. Nessa medida, a composição do fórum poderá basear-se em representantes de grupos que envolvam todos os sectores da sociedade.

*Para que uma proposta de intervenção do tipo da Agenda 21 seja consistente e consequente é fundamental a auscultação da população, na procura de mecanismos que permitam a participação de toda a comunidade*

### Instituições

- Autarquia (corpos dirigentes);
- Assembleia Municipal;
- Juntas de Freguesia;
- Forças de segurança e de protecção civil.



### População Local

- Grupos de cidadãos residentes ou naturais;
- Grupos específicos (jovens, mulheres, reformados, minorias, etc).

### Agentes Económicos

- Empresários;
- Proprietários Rurais;
- Pescadores;
- Associações de Pequenos Comerciantes / Industriais;
- Entidades públicas ou privadas ligadas às actividades económicas de interesse estratégico.

### Agentes Sociais

- Grupos Culturais;
- Grupos Recreativos;
- Clubes Desportivos;
- Escolas;
- Associações locais;
- I.P.S.S. (Misericórdias);

### Interesses Ligados ao Ambiente

- Empresas de gestão de recursos ambientais;
- Instituto de Ambiente;
- Institutos de Investigação Científica;
- Associações de Protecção da Natureza e do Consumidor;
- Associações Não Governamentais de Ambiente (ONGA's).

### 5.3. Contribuição para o Regulamento/Estatutos

Face à necessidade de proceder à criação do Fórum numa fase precoce do processo, importa que exista dinamização para o seu início.

Podendo esta função ser assumida pela autarquia, deve ser constituída por esta uma comissão organizadora, desde logo, com participação plurifacetada e propor a realização da primeira reunião plenária, sugerindo data, local e agenda. Esta proposta deve ser adequadamente estruturada para ter êxito, nomeadamente no que se refere a:

- a) forma como se elege o presidente do Fórum, qual o seu perfil e as suas características fundamentais;
- b) definição do mandato e das competências do presidente;
- c) regras de aceitação de todas as candidaturas voluntárias a presidente do Fórum;
- d) definição e a aprovação dos objectivos concretos do Fórum;
- e) definição da composição do Fórum (quem deve participar e em que condições de representatividade);
- f) elaboração de um regulamento - os Estatutos - o qual será aprovado pelo plenário.

Os Estatutos devem contemplar:

- a forma de trabalhar;
- quais as tarefas;
- como se desenvolvem as reuniões;
- como se convocam, qual a periodicidade;
- qual o conteúdo das deliberações (decisões, recomendações, pareceres, etc.);
- constituição de grupos de trabalho específicos (porquê, para quê, mandato, composição);

- quais as condições de representatividade de um membro;
- como se poderá convidar ou aceitar novo membro;
- como chegar a consensos para votações importantes;
- como manter isenção e neutralidade em cada assunto;
- como colaborar com outras entidades (por exemplo: Autarquia) e como cooperar para além do concelho;
- como se dinamiza e divulga o Fórum e a Agenda 21;
- quais os papéis dos diversos actores e participantes;

São, ainda, fundamentais nos Estatutos os aspectos relacionados com a organização administrativa, secretariado e logística (espaços e meios materiais, bem como, elaboração de actas e arquivo).

Naturalmente todas estas questões e tarefas não são fáceis, requerem muito tempo e empenhamento, pelo que é possível que não seja suficiente uma só sessão para organizar, discutir e aprovar tudo o que foi apontado e que se considera o mínimo desejável. Portanto, é fundamental que se prepare convenientemente todo o trabalho, por exemplo, elaborando as primeiras versões dos documentos, e que sejam previstas várias reuniões “plenárias” se forem necessárias.



# 6

Agenda **21** Local  
Município da  
Nazaré



## A EMPRESA E A EQUIPA



## 6. A empresa e a equipa

A IPI, fundada em Lisboa em 1999, integra hoje uma rede de pequenas empresas de consultadoria de excelência em Lisboa, Madrid, Paris e Washington, D.C., com ética, dimensão e procedimentos análogos.

Esta rede desenvolve uma política de integração e complementaridade, que é também apoiada num conjunto de parcerias com empresas e instituições, perfilhando os mesmos valores.

A rede IPI:

- afirma uma actividade de consultadoria orientada para a inovação, o desenvolvimento estratégico, a potenciação de oportunidades, a implementação de projectos e a concretização de iniciativas;
- adopta uma morfologia interdisciplinar, assumindo a dinâmica do risco e a partilha do conhecimento na confiança e numa ética de responsabilidade.

A rede IPI actua nas seguintes áreas:

- Desenvolvimento regional, local e sectorial;
- Microempresas e trabalho;
- Inovação e qualidade;
- Ambiente;
- Património cultural;
- Análise de impacte económico e fiscal;
- Indicadores de actividade económica.

Na constituição das suas equipas, a IPI escolhe pessoas com carreiras e experiências profissionais consolidadas e reconhecidas na vida académica, na Administração Pública e na administração de empresas

Neste trabalho colaboraram:

Coordenador – Prof. Doutor Raul Jorge

Comissão Consultiva:

Professora Doutora Carminda Cavaco

Mestre José de Almeida Serra.

Consultores especialistas:

Doutora Ana Paula Teixeira Martinho – Mar

Eng. João Boléo Tomé – Qualidade e ambiente

Eng. João Vila Lobos – Ambiente

Dra. Paula Oliveira – Governação e cultura

Doutora Sandra Caeiro – Mar

Mestre Sónia de Sousa – Actividades económicas, inovação e conhecimento

Mestre Tomás Barros Ramos – Mar

Arq. Fernando Costa - Urbanismo

Assistentes de investigação:

Eng. Ana Maria Lopes

Eng. Inês Alves

Dra. Inês Gonçalves Pereira

Dra. Isabel Silva

Eng. Rui Subtil